

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

LUCAS PEREIRA DE ARAUJO PEDROSA

**Prolegômenos à fundamentação da psicologia enquanto ciência autônoma
na obra *Psicologia do ponto de vista empírico* de Brentano**

Mestrado em Filosofia

São Paulo

2024

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

LUCAS PEREIRA DE ARAUJO PEDROSA

**Prolegômenos à fundamentação da psicologia enquanto ciência autônoma
na obra *Psicologia do ponto de vista empírico* de Brentano**

Mestrado em Filosofia

Dissertação para Mestrado em Filosofia
apresentada à Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Mario
Ariel González Porta.

São Paulo

2024

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

LUCAS PEREIRA DE ARAUJO PEDROSA

**Prolegômenos à fundamentação da psicologia enquanto ciência autônoma
na obra *Psicologia do ponto de vista empírico* de Brentano**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Mario Ariel González Porta.

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo - Ficha Catalográfica com dados
fornecidos pelo autor

P372 Pedrosa, Lucas Pereira de Araujo
Prolegômenos à fundamentação da psicologia enquanto ciência
autônoma na obra Psicologia do ponto de vista empírico de
Brentano. / Lucas Pereira de Araujo Pedrosa. -- São Paulo:
[s.n.], 2024.
81p. il. ; 30 cm.

Orientador: Mario Ariel González Porta.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia.

1. Brentano. 2. Filosofia. 3. Psicologia. I. Porta,
Mario Ariel González. II. Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia.
III. Título.

CDD

“A história da filosofia é o conhecimento e a descrição da pesquisa sobre as experiências relevantes para aquelas verdades que, sem serem puramente matemáticas, pertencem às coisas na medida em que se enquadram nos conceitos da experiência interna (sejam dadas somente na experiência interna ou através da experiência interna e externa ao mesmo tempo). Assim, a história da filosofia nos relata as descobertas dessas verdades, bem como os esforços que levaram a essas descobertas, ou deveriam tê-lo feito, e as circunstâncias que as promoveram ou prejudicaram”

Franz Brentano

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 0001 / Nº processo 88887.817912/2023-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 0001 / Process number 88887.817912/2023-00.

O presente trabalho contou também com o apoio da FUNDASP mediante uma bolsa parcial concedida no início do curso.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) e à FUNDASP, pelas bolsas que possibilitaram o presente estudo.

Ao professor Mario Porta, pela dedicação e paciência nas orientações.

À banca de qualificação pelos acréscimos ao trabalho.

A todos os professores graças aos quais a minha formação em filosofia tem se tornado possível, com cordial destaque ao Prof. Dr. Orlando Bruno Linhares.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa das Origens da Filosofia Contemporânea, por todo o apoio e acompanhamento no desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus pais, Sérgio e Joelma, por simplesmente serem, e me permitirem ser.

À Jéssica e Gabriel, aqueles a quem mais devo, pela paciência e compreensão nos inúmeros momentos de foco.

Sobre tudo e todos, agradeço a Deus.

À Jéssica e Gabriel, amo vocês!

RESUMO

O objetivo deste trabalho concentra-se em situar Brentano e, mais especificamente, a sua obra *Psicologia do ponto de vista empírico* (PES), de 1874, no horizonte da discussão acerca do *status* da psicologia enquanto ciência autônoma. Para esse fim, este trabalho é composto de duas partes: 1) uma contextualização do estabelecimento e desenvolvimento do problema, e 2) a apresentação da resposta brentaniana frente ao *status quaestiones*, da maneira como atualizado em seu tempo. Visando a esse propósito, utilizaremos uma abordagem histórico-filosófica que busca resgatar pontos cruciais da discussão acerca do estabelecimento da psicologia enquanto ciência para, a partir disso, contextualizarmos a filosofia brentaniana, bem como a sua contribuição a essa discussão. A relevância desta pesquisa repousa sobre a tentativa, mesmo que modesta, de contribuir aos estudos das origens da filosofia contemporânea, que possui em Brentano um de seus fundadores.

Palavras-chave: Brentano. Filosofia. Psicologia.

ABSTRACT

The purpose of this essay is to place Brentano and, more specifically, his work *Psychology from an Empirical Standpoint* (PES) from 1874 within the scope of the discussion regarding the status of psychology as an autonomous science. To this end, this work is composed of two parts: 1) a contextualization of the establishment and development of the problem and 2) a presentation of the Brentanian response to the *status quaestiones* as updated in his time. For this purpose, we are going to use a historical-philosophical approach that seeks to recover crucial points of the discussion about the establishment of psychology as a science in order to contextualize Brentano's philosophy as well as its contribution to this discussion. The relevance of this research rests on the attempt, even if modest, to contribute to studies of the origins of contemporary philosophy that has Brentano as one of its founders.

Keywords: Brentano. Philosophy. Psychology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O ESTABELECIMENTO DO <i>STATUS QUAESTIONES</i>	15
1.1 Kant e a impossibilidade da psicologia enquanto ciência	15
1.2 Ciência, método especulativo e psicologia	17
1.2.1 Reinhold	18
1.2.2 Fichte.....	19
1.2.3 Schelling.....	21
1.2.4 Hegel	22
1.2.5 Conclusão.....	23
1.3 Ciência, método psicológico e psicologia.....	24
1.3.1 Fries	25
1.3.2 Herbart.....	28
1.3.3 Weber – Fechner.....	30
1.3.4 Beneke	33
1.3.5 Lotze	35
1.3.6 Conclusão.....	36
2.1 Franz Brentano	38
2.2 Brentano contra o método especulativo.....	41
2.3 Brentano e a teoria das quatro fases	47
2.3.1 A 4ª tese de habilitação	50
2.4 A influência do positivismo comteano em Brentano.....	55
2.5 Brentano e a <i>Psicologia do ponto de vista empírico</i>	58
2.5.1 O método da psicologia	61
2.5.2 O objeto da psicologia	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação concentra-se em situar Brentano e, mais especificamente, a sua obra *Psicologia do ponto de vista empírico* (PES), de 1874, no horizonte da discussão acerca do *status* da psicologia enquanto ciência autônoma. Desse modo, este trabalho é composto de duas partes: 1) uma contextualização do estabelecimento e desenvolvimento do problema, e 2) a apresentação da resposta brentaniana frente ao *status quaestionis*, da maneira como atualizado em seu tempo. Para essa finalidade, nos utilizaremos de uma abordagem histórico-filosófica que busque resgatar pontos cruciais da discussão acerca do estabelecimento da psicologia enquanto ciência para, a partir disso, contextualizarmos a filosofia brentaniana, bem como a sua contribuição a essa discussão.

Em um primeiro momento, faz-se necessária a reconstrução – ainda que de forma panorâmica – da origem e desenvolvimento da discussão, destacando os seus principais interlocutores. Primeiramente, nos voltaremos para Kant, onde se encontra o estabelecimento do problema no que tange à sua origem. A partir dele, procuraremos acompanhar a evolução da discussão nos desdobramentos do idealismo alemão, particularmente naquilo que se refere ao método especulativo em Reinhold, Fichte, Schelling e Hegel. Para essa reconstrução, nos utilizaremos fundamentalmente dos artigos de Leary, uma vez que ele retoma as raízes da discussão acerca do *status* científico da psicologia a partir de Kant e apresenta o seu desdobramento no idealismo alemão, algo que os manuais e histórias tradicionais da psicologia costumam negligenciar, mas que é importante para a construção do nosso panorama. A seguir, resgataremos, semelhantemente em linhas gerais, o desenvolvimento do método psicológico, que, com a abordagem de uma psicologia científica de orientação naturalista, nas pessoas de Fries, Herbart, Weber, Fechner, Beneke e Lotze, se estabelecerá como contraposição ao método especulativo. Embora antagônicas, tanto a tradição do método especulativo quanto a tradição do método psicológico se compreendem como verdadeiras sucessoras e realizadoras do programa crítico de Kant.

Vale destacar que, para além do escopo deste trabalho, estariam análises mais aprofundadas das relações de aproximação ou distanciamento de Brentano com ambas as tradições, bem como uma apresentação robusta dessas tradições. Nosso principal objetivo na primeira parte deste trabalho será o de estabelecer um panorama histórico-filosófico conciso que torne compreensíveis as motivações e respostas que Brentano apresentará ao

desenvolvimento do problema em questão, considerando que ele mesmo se encontra, de modo geral, situado na tradição do método psicológico.

Em um segundo momento, introduziremos a figura de Brentano, bem como pressupostos de sua filosofia que nos darão condições de compreendermos a sua contribuição na discussão acerca da cientificidade da psicologia, sendo que aqui não se trata de uma psicologia em sentido comum, mas, antes, no sentido de uma filosofia da mente, algo que se tornará mais claro no decorrer da exposição. Nesse ponto, apresentaremos o conceito brentaniano de ciência e do método científico, caro a toda a sua filosofia e alicerce fundamental de suas críticas à tradição do método especulativo, destacando também as influências às quais Brentano está sujeito. Recuperaremos a essa altura a avaliação de Brentano acerca da relação da filosofia de seu tempo com um procedimento genuinamente científico, sobretudo da necessidade de reformulação dessa relação frente ao modo como o método especulativo concebe a filosofia e ciência.

O século XIX é um período marcado pela emancipação de diversas ciências, como a química e a fisiologia, assim como a história e a psicologia. E no bojo dessa efervescência, encontra-se a *Methodenstreit* (querela em torno ao método) cuja oposição se dava na distinção dos métodos das *Naturwissenschaften* (ciências da natureza) e *Geisteswissenschaften* (ciências do espírito). Se o século XVIII pode ser compreendido como a culminação do método das ciências da natureza fundamentado sobre um projeto de matematização do universo, o século XIX não somente aprofunda seus efeitos, mas também apresenta a reivindicação de uma compreensão científica das ciências do espírito. Disso surge a questão do monismo-pluralismo epistemológico e metodológico na ciência. É nesse cenário que a filosofia, em seu trato por objetos sensíveis, perde terreno para as ciências que particularizam em método e objeto as suas respectivas áreas. Se o que resta para a filosofia a partir disso for apenas o seu trato por objetos suprassensíveis, se deparará assim com o profundo descrédito causado pelo fracasso da metafísica, sobretudo em decorrência dos resultados do idealismo alemão. Estamos aqui diante da assim chamada *crise de identidade* da filosofia. É nesse cenário que se encontra Brentano, assim como a sua busca pelo resgate de uma filosofia que corresponda ao caráter científico. Por esse motivo, apresentaremos, por fim, a maneira como Brentano estabelece um método e objeto próprios à psicologia com o objetivo de legitimar-lhe o caráter de cientificidade a partir de sua obra *Psicologia do ponto de vista empírico*. Nesse percurso, exporemos também as críticas de Brentano ao método psicológico, que, em seus dias, terá na vertente fisiológica uma de suas principais representantes, no que diz respeito a uma tendência de

redução da psicologia à fisiologia. A partir disso, tornar-se-á claro como, para Brentano, a psicologia é não somente uma disciplina científica, mas também uma ciência autônoma em relação à fisiologia.

A importância de uma pesquisa dessa natureza repousa sobre o fato de Brentano ser considerado um dos pais da profícua filosofia austríaca e situar-se nas origens da filosofia contemporânea, início esse anterior mesmo ao conhecido cisma entre a filosofia analítica e a filosofia hermenêutico-fenomenológica. Desse modo, o debruçar-se sobre a obra brentaniana, embora não exclusivamente nela, representa um retorno à origem de todo o desenvolvimento filosófico do período recente da história. Período esse que, embora rico em suas discussões, contando com a participação de muitos e grandes interlocutores, ainda permanece pouco explorado quando se leva em consideração o seu grande potencial. Nesse sentido, o desenvolvimento deste trabalho, a partir do estabelecimento histórico-filosófico de um panorama com a contextualização da *magnum opus* brentaniana, visa lançar luz, mesmo que modestamente, a um delimitado retrato de uma das discussões desse copioso período da história da filosofia.

1 O ESTABELECIMENTO DO *STATUS QUAESTIONES*

Nesta primeira parte do trabalho, traçaremos o panorama dos antecedentes que levaram ao problema do estabelecimento da psicologia enquanto ciência autônoma a partir de Kant.

1.1 Kant e a impossibilidade da psicologia enquanto ciência

A psicologia não é um objeto de estudo propriamente novo na história do pensamento. Embora naturalmente com o decorrer do tempo se observe o seu escopo reformulado, as primeiras obras filosóficas escritas que se debruçam de forma mais aprofundada sobre o tema são *Da Alma* (Περί Ψυχής) e *Pequenos tratados sobre a natureza* (Μικρά Φυσικά), conhecidas pelos seus respectivos títulos latinos *De Anima* e *Parva Naturalia*. Escritas por Aristóteles, essas obras inauguram a reflexão sobre o princípio vital que os antigos gregos denominavam *psykhê* (ψυχή). Desde então, passando pelo período medieval e moderno, o desenvolvimento da psicologia sempre esteve vinculado ao desenvolvimento da filosofia.

No início do século XVIII, Wolff realizará uma distinção a partir de duas obras que servirá de base para o desenvolvimento de duas tradições: a psicologia racional e a psicologia empírica. Em sua obra *Psicologia empírica* (1732), Wolff define a psicologia como a ciência daquilo que a experiência nos ensina sobre a alma, ou seja, uma ciência indutiva independente da filosofia, enquanto, na obra *Psicologia racional* (1734), ele define a psicologia como a ciência de tudo o que é possível à alma humana, isto é, uma ciência dedutiva, um ramo da metafísica e, portanto, da filosofia (Leary, 1982a, p. 19)¹. O dualismo entre psicologia empírica e psicologia racional formará, desse modo, o *background* de Kant sobre o tema. Duas figuras que se estabeleceram como autoridades em ambas as tradições e que estarão no horizonte de Kant são: Johann Nicolas Tetens, no campo da psicologia empírica, e Alexander Gottlieb Baumgarten, no campo da psicologia racional (Leary, 1982a, p. 20). Apesar das distinções estabelecidas, tanto os estudiosos da psicologia empírica quanto os da psicologia racional as compreendiam como científicas.

¹ Leary (1982a, p. 19) também menciona o fato de que os historiadores da psicologia costumam traçar essas duas tradições a Descartes e Locke, todavia, Wolff teria sido o primeiro a distingui-las de forma clara como campos distintos.

A partir de uma compreensão aristotélica do conceito de ciência, a saber, conhecimento universal e necessário, associado à recepção e tentativa de fundamentação dos pressupostos da mecânica newtoniana e contra a viabilidade de toda a fundamentação metafísica da ciência, Kant estabelecerá de forma paradigmática os critérios para que uma disciplina possa ser considerada legitimamente científica: a aplicabilidade das matemáticas e a possibilidade de verificação empírica através de experimentos. Desse modo, ele lançará severas críticas a ambas as tradições, sobretudo em relação ao *status* científico dessas formas de psicologia.

A primeira parte da crítica de Kant à psicologia apareceu em sua famosa *Crítica da Razão Pura* (1781). Entre as muitas coisas que Kant tentou realizar nesta obra estava uma crítica sistemática da psicologia racional, e não somente aquela de Baumgarten: de acordo com Kant, nenhuma tentativa de determinar a natureza da alma – ou sujeito pensante – por meio da análise racional pode resistir à crítica (Leary, 1982a, p. 21, grifo do autor).

Leary destaca que, embora os argumentos específicos contra a validade da psicologia racional sofram variação da primeira (1781) para a segunda (1787) edição da *Crítica da Razão Pura*, o arrazoado geral mantém-se, a saber: todos os argumentos acerca da substancialidade, simplicidade, identidade e relação com o mundo físico se fundamentam, em última instância, em um sujeito cognoscente, em uma asserção do tipo: “eu penso”. No entanto, tal proposição é empírica, uma vez que se baseia em uma experiência *a posteriori*, o que inviabiliza uma prova *a priori*, isto é, puramente racional da natureza da alma (1982a, p. 21). Dito de outro modo, Kant afirma a impossibilidade de haver um conhecimento *a priori* do sujeito cognoscente, a não ser a própria condição da possibilidade de conhecimento. A crítica de Kant, nesse estágio, visa, portanto, comprometer todo o projeto de uma psicologia racional que estaria para além dos limites da razão humana. Como consequência, uma psicologia verdadeiramente científica precisaria se limitar a um caráter empírico.

Em uma segunda fase de sua crítica à psicologia, Kant avaliará se a psicologia empírica atende aos critérios de cientificidade por ele estabelecidos. O resultado dessa análise crítica é publicado no prefácio de *Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza* (1786):

A razão pela qual a psicologia nunca poderia tornar-se uma “ciência natural propriamente dita”, de acordo com Kant, era que ela não poderia se basear sobre princípios *a priori* e, portanto, não poderia produzir conhecimento apodítico ou seguro. Mais especificamente, a psicologia não poderia utilizar

matemática, o que fornece os meios necessários para a construção *a priori* de conceitos na ciência (Leary, 1982a, p. 22).

Além de os dados empíricos da psicologia não estarem disponíveis à observação e manipulação experimental, sobretudo não são passíveis, na concepção de Kant, de aplicação das matemáticas, uma vez que não possuem dimensão no espaço, apenas no tempo. Considerando que as matemáticas são o fundamento *a priori* de toda a verdadeira ciência, o fato da inviabilidade de sua aplicação na psicologia empírica resulta em consequente desqualificação do *status* científico desta.

Desse modo, em Kant, a psicologia – em quaisquer de suas variantes – nunca alcançaria o *status* de uma verdadeira disciplina científica. Conforme Leary (1982a, p. 22-23) destaca, o veredito de Kant em relação à psicologia é que esta deveria utilizar-se de uma metodologia “antropológica”, cuja finalidade fosse conhecer a tendência do comportamento dos seres humanos em determinadas situações, a fim de que, fazendo uso desse conhecimento, os indivíduos pudessem tomar melhores decisões sobre as próprias escolhas.

1.2 Ciência, método especulativo e psicologia

O resultado da análise crítica de Kant em relação ao *status* científico da psicologia não se limitou apenas às suas obras, antes, impactou no desenvolvimento daqueles que se consideraram seus sucessores imediatos. Por esse motivo, nos voltamos agora para os desdobramentos desse tema no idealismo alemão, sobretudo no método especulativo como apresentado nas exposições da clássica linhagem: Reinhold, Fichte, Schelling e Hegel. No decorrer desta exposição, nos atentaremos à maneira como os idealistas concebiam a ciência e o método especulativo e a consequente relação desses com a psicologia.

Um ponto distintivo entre Kant e os idealistas era a compreensão de ciência. Enquanto, no escopo da *Crítica da Razão Pura*, Kant procura fundamentar uma ciência que lide com os fenômenos em oposição às coisas em si, os idealistas procuravam superar tal distinção. Para os idealistas, tais dualismos, como sujeito e objeto, *a priori* e *a posteriori*, não faziam sentido e, conseqüentemente, não tinham significância. “Conhecimento, os idealistas agora sustentam, não resulta da experiência *a posteriori* das coisas em si, antes, ‘coisas’, são elas mesmas manifestações da vontade (Fichte), imaginação (Schelling), ou razão (Hegel)” (Leary, 1980, p. 299). Uma vez rompida a

barreira entre conhecimento empírico e racional, os idealistas consideravam que o papel da ciência era dar conta da totalidade do conhecimento, por meio de um método que possibilitasse organizar o todo da realidade mediante um sistema. Vale ressaltar ainda que, enquanto Kant concebia a relação entre ciência – e ainda mais especificamente, a ciência natural – e filosofia, como sendo papel dessa última investigar as possibilidades de conhecimento da primeira, os idealistas enxergavam a filosofia não somente como uma reflexão acerca da ciência, mas, sobretudo, como fonte real de conhecimento e, por conseguinte, de fazer ciência. Dito de maneira mais explícita, para os idealistas, a ciência deveria ser submissa à filosofia. Isso não significa dizer que eles não considerassem as ciências naturais em seus sistemas, mas as tratavam como ponto de partida e insuficiente de abarcar a realidade como um todo².

Sobre o papel da psicologia de forma mais específica, as posições de Reinhold, Fichte e Schelling precisam ser compreendidas mediante as orientações mais gerais de suas filosofias, uma vez que não trataram diretamente acerca desse tópico em suas obras. Hegel, diferentemente, é quem discute a psicologia de maneira mais direta, uma vez que ele a aborda em sua obra *Filosofia do Espírito* (Leary, 1980, p. 303).

1.2.1 Reinhold

Karl Leonhard Reinhold foi seguidor de Kant em relação ao programa da filosofia transcendental. Inicialmente defensor de Kant, sobretudo em relação às críticas de Jacobi³, em 1785, produz uma série de cartas relacionadas à filosofia kantiana que foram reunidas e publicadas em dois volumes, em 1790 e 1792. Sua divulgação da filosofia kantiana o leva a assumir, em 1787, uma cadeira inaugural na Universidade de Jena, cujo objetivo era a difusão do idealismo transcendental. No entanto, rapidamente, Reinhold entende faltar à filosofia de Kant uma base fundamental de sustentação, um princípio autodeterminante não condicional que seja autoevidente e, conseqüentemente, não necessite de uma explicação. Ao estabelecimento desse princípio, ele se dedica naquilo que ficará conhecido como a sua “filosofia elementar” (*Elementarphilosophie*), exposta

² Leary (1980, p. 300) destaca que a crítica dos idealistas partia da distinção kantiana entre entendimento (*Verstand*) e razão (*Vernunft*). Para eles, tanto Kant quanto os cientistas naturais baseavam a ciência sobre o entendimento em vez da razão. Uma vez que o entendimento é fundamentado em categorias estáticas como causalidade, substancialidade, dentre outras, ele não é capaz de revelar a completude do objeto que descreve. A essência da realidade só poderia ser alcançada por meio de uma lógica progressiva, uma razão dialética que aproximasse sujeito e objeto.

³ Para as críticas de Jacobi à filosofia transcendental de Kant, cf. Dudley, 2007, p. 48-54

nas obras *Ensaio sobre uma nova teoria da capacidade humana para a representação* (1789), *Contribuições para a correção de prévios mal-entendidos entre os filósofos* (1790) e *Sobre o fundamento do conhecimento filosófico* (1791).

O que nos interessa nessa ampla discussão é que, dentre todas as implicações do objetivo de Reinhold, ele chegará à conclusão de que o fato (*Thatsache*) da consciência deve ser o fundamento sobre o qual a filosofia crítica deve se estabelecer. Dito de outra forma, Reinhold compreende que a consciência é anterior a toda a síntese, uma vez que essa última se encontra propriamente na primeira. Isso significa que tanto sujeito quanto objeto se encontram na consciência.

O ponto focal central do pensamento de Kant era sua análise da estrutura inata e do funcionamento da mente humana. Mesmo durante a vida de Kant, Karl Leonhard Reinhold argumentou persuasivamente que a preocupação kantiana com a natureza da mente – ou, como Reinhold preferia chamá-la, “consciência” – deveria ser a questão fundamental para a filosofia. A descrição sistemática, ou “fenomenologia” da consciência, diz ele, deveria ser a tarefa imediata da geração pós-kantiana. Para esse fim, Reinhold fundou um dos mais vitais centros do pensamento kantiano na Universidade de Jena. Mesmo antes da morte de Kant em 1804, alunos e colegas de Reinhold – incluindo Fichte, Schelling e Hegel – já estavam estabelecendo a fenomenologia da consciência como o tópico básico da filosofia alemã (Leary, 1982a, p. 31).

1.2.2 Fichte

Em 1794, Johann Gottlieb Fichte é nomeado substituto de Reinhold na cátedra de filosofia da Universidade de Jena. Para além da sucessão na cátedra, Fichte procurará desenvolver o conceito de consciência elaborado por Reinhold, primeiramente dedicando-se aos temas levantados por Jacobi, Reinhold e Schulze. Esse último havia lançado críticas a Kant e Reinhold na obra *Enesidemo ou sobre os fundamentos da filosofia elementar ministrados pelo professor Reinhold em Jena* (1792), afirmando que nenhum deles havia conseguido derrotar o ceticismo de Hume⁴.

Reinhold insiste que o fundamento da filosofia deve ser um fato em vez de uma definição, e que sua própria ciência da representação repousa sobre o simples fato da consciência. *Enesidemo*, no entanto, imediatamente desafia a suposta factualidade do princípio fundamental de Reinhold. Ele admite que somos conscientes, mas nega que a reflexão sobre a consciência possa revelar

⁴ Dudley (2007, p. 64) pontua que, embora esse retrato inicial da filosofia crítica não faça distinção entre Kant e Reinhold, Schulze, na obra *Aenesidemus*, reconhece diferenças entre esses dois e, por isso mesmo, os examina separadamente. A conclusão desse exame, no entanto, é que tais diferenças entre Kant e Reinhold são meramente aparentes. No fim das contas, ambos seriam vítimas das mesmas autocontradições e objeções céticas.

algo sobre a real constituição de nossas mentes ou do processo de representação (Dudley, 2007, p. 64).

Para Schulze, Reinhold assume a consciência de forma acrítica, uma vez que ele considera que a filosofia dos elementos de Reinhold procura derivar as representações de uma faculdade necessária (a consciência), sem, portanto, justificá-la racionalmente:

Tentar explicar a presença e alteração de representações por referência ao fato de termos uma faculdade da representação é, conforme *Enesidemo*, tão vazio quanto tentar explicar o fato de gotas de água aderirem a objetos por referência ao fato de objetos possuírem uma “faculdade de atrair água” (Dudley, 2007, p. 66).

Dessa forma, Schulze considera que a filosofia crítica desenvolvida por Kant e Reinhold, na verdade, é tão arbitrária quanto a proposta fideísta de Jacobi.

O desenvolvimento da filosofia de Fichte passa obrigatoriamente pelas críticas de Schulze a Kant e Reinhold. No mesmo ano de 1794, ele faz uma revisão da obra *Enesidemo*, reconhecendo o seu valor filosófico, mas negava que esta havia alcançado êxito em minar os fundamentos do idealismo. Na verdade, para Fichte, Schulze não havia compreendido adequadamente Kant e a natureza do conhecimento em geral. De toda maneira, Fichte ficou convencido de que era necessário um ponto de partida ainda mais fundamental à filosofia que aquele proposto por Reinhold, um que possibilitasse deduzir o princípio de consciência *a priori* (Dudley, 2007, p. 71-72). Para responder a essa necessidade, Fichte procura fundamentar o seu programa através das obras *Sobre o conceito de ciência ou da assim chamada filosofia* (1794) e *Fundamentos da ciência do conhecimento* (1794/95). Dudley (2007, p. 104) e Leary (1980, p. 304-305) sintetizam o programa de Fichte, naquilo que se relaciona ao princípio da consciência, da seguinte forma:

1. Fichte adota a estratégia de Reinhold de fundamentação de um idealismo transcendental científico. Para tanto, ele procura fundamentar o princípio da consciência previamente estabelecido por Reinhold;
2. Fichte inicia seu programa pelo fato da autoconsciência e, a partir disso, procura determinar as condições necessárias de sua possibilidade;
3. Para Fichte, a primeira condição da autoconsciência é a postulação (*setzen*) que o *self* faz de si mesmo frente ao mundo (*non-self*);
4. Importante desenvolvimento em Fichte é a visão idealista de um ego sempre em atividade, o que o levará a compreender a vontade, na condição de

resultado da consciência, como princípio fundamental associado à atividade incessante do ego.

1.2.3 Schelling

Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling foi uma figura ímpar no idealismo alemão. São notórias as mudanças que a sua filosofia sofre com o tempo. Para além dos limites desta pesquisa estaria considerar cada um de seus estágios, uma vez complexos e por vezes autoexcludentes. O que nos basta é lançar luz de modo conciso ao desenvolvimento do pensamento de Schelling, que se apresenta inicialmente como uma retomada do pensamento de Fichte.

Em Reinhold e Fichte, identificamos um processo de revisitação e reformulação dos fundamentos do idealismo transcendental de Kant. Com Schelling, que ingressa na Universidade de Jena como professor em 1798, não será diferente. Sua proximidade com Fichte e a demissão desse último no ano seguinte potencializam sua ascensão como herdeiro da tradição kantiana. A princípio seguidor de Fichte, Schelling defenderá que a filosofia deve ser científica e sistemática e que, para isso, precisa partir de um princípio *a priori*, isto é, imediato e incondicionado. Fichte considerava esse primeiro princípio o próprio *self*, com o que Schelling inicialmente concordará. Todavia, Schelling se distancia gradualmente de Fichte ao compreender que o projeto do idealismo transcendental procura dar conta do mundo natural a partir da subjetividade. No entanto, ele entende como necessário explicar, partindo do mundo natural, o porquê de a subjetividade precisar necessariamente dele emergir. Nesse ponto, o objetivo de Schelling se estabelece em conciliar o idealismo transcendental a uma filosofia da natureza, o que ficará conhecido como sua *filosofia da identidade*. A busca primária por uma fundamentação até então epistemológica se converte declaradamente em um projeto de fundamentação metafísica.

O desenvolvimento da filosofia da identidade de Schelling o leva a discutir o inconsciente como antecedente necessário da consciência. Isto é, se para Fichte o movimento necessário para a autoconsciência do *self* é a postulação que este faz de si frente ao *non-self*, para Schelling, é a emergência do consciente (*self*) a partir do inconsciente (natureza). Nesse mesmo processo, Schelling, a partir de uma inspiração espinosista, alegava que mente e corpo eram dois aspectos da mesma realidade.

Quando aplicado à psicologia, esta doutrina sugere que a natureza e atividade da mente é refletida na estrutura e funcionamento do corpo. Esta provou ser

uma sugestão frutífera. Não somente inspirou a investigação psicológica de Karl Friedrich Burdach, Karl Gustav Carus e outros, mas também estimulou o desenvolvimento da psicofísica de Gustav Theodor Fechner, a pessoa mais frequentemente creditada por trazer a medição real para o domínio da psicologia. Como o próprio Fechner admitiu, a inspiração do seu estudo inovador sobre a relação entre experiência consciente e estimulação física veio da *Naturphilosophie* de Lorenz Oken. Oken, por sua vez, havia sido inspirado por Schelling. Deste modo, a psicofísica, um dos principais fundamentos da psicologia moderna, está historicamente enraizada no quadro conceitual do idealismo pós-kantiano (Leary, 1982a, p. 32).

1.2.4 Hegel

Em 1801, Georg Wilhelm Friedrich Hegel chega a Viena com o intuito de se juntar a Schelling. Eles trabalham conjuntamente nos dois anos posteriores na edição da *Revista Crítica de Filosofia*. Num primeiro momento, Hegel será considerado mais um dos seguidores de Schelling. No entanto, durante o curto período em que trabalharam juntos, a posição de Hegel se demonstrava cada vez mais distante da de Schelling, resultando assim em um breve e definitivo rompimento.

Conforme indicado anteriormente, diferentemente de Fichte e Schelling, Hegel tratou de forma mais direta sobre a psicologia. Ele a apresenta como parte da sua *Filosofia do Espírito* (1830). Hegel estimava a psicologia de Aristóteles e, por sua influência, isso ajuda a desencadear um renascimento dos estudos aristotélicos na Alemanha, sobretudo mediante o ensino de Trendelenburg, o que causará profundo impacto sobre Wilhelm Dilthey e Franz Brentano, dentre outros notáveis interlocutores no desenvolvimento do pensamento sobre a psicologia (Leary, 1982a, p. 32-33).

Uma característica importante da visão de Hegel sobre a psicologia é a de que esta pode ser apenas descritiva, logo seu objeto fica restrito às condições empíricas e experiências da mente. Embora nesse ponto Hegel estivesse de acordo com Kant – tendo em vista a sua compreensão do movimento especulativo do espírito entre subjetivo, objetivo e absoluto –, ele argumenta que o estudo da mente “subjetiva” pode e deve ser transcendido pela mente “objetiva”. Dito de outro modo, o estudo do indivíduo deve ser seguido pelo estudo do coletivo, o que, por sua vez, leva ao estudo de um “eu absoluto”.

O ponto importante é que Hegel deu forma a um *insight* que estava implícito no trabalho de Johann Georg Hamann, Johann Gottfried Herder e outros: o nível social de análise, afirmou ele, transcende o do indivíduo. Além disso, ele prescreveu o estudo da mente social, ou objetiva, por meio de seus produtos, tais como a linguagem, a lei, o costume e o mito. Esta doutrina hegeliana foi uma influência importante sobre o desenvolvimento da perspectiva psicológica, especialmente como formulada na *Völkerpsychologie* (psicologia cultural ou “popular”) (Leary, 1982a, p. 33).

Sobre a distinção entre os psicólogos influenciados por Hegel daqueles influenciados por Fichte e Schelling, Leary (1980, p. 309-310) destaca dois pontos: 1) os hegelianos tendiam a uma maior ênfase na subordinação da psicologia a uma perspectiva social e 2) tendiam a diferir de outras psicologias inspiradas no idealismo no que se refere à dependência contínua do método dialético, ou racional, e sua resistência aos métodos empíricos.

1.2.5 Conclusão

Nos desdobramentos do idealismo alemão, é possível identificar o quanto aquilo que se concebe enquanto ciência está vinculado à dialética do método especulativo. Com o intuito de dar conta da totalidade do real, o método especulativo recusa a efetividade das ciências naturais, sobretudo devido ao seu proceder delimitado de análise, o que, para os idealistas, era tido mais como um proceder limitante e, conseqüentemente, insuficiente. O verdadeiro proceder científico precisava extrapolar a dualidade fenômeno/coisa-em-si exatamente para que pudesse abranger o todo, objetivando assim que nada lhe escapasse. Por esse motivo, a ciência se apresentava como o conhecimento que se obtém do todo, do absoluto, o que seria possível somente mediante a dialética estabelecida no método especulativo exercida mediante a razão.

Acerca daquilo que concerne à psicologia, Leary, destacando um ponto comum ao desenvolvimento do idealismo alemão, afirma que este não foi um idealismo subjetivo, pelo contrário, ele tende a subordinar o ego finito a um processo mais amplo de um ego absoluto. “Isto ajuda a explicar a atitude dominante dos idealistas frente à psicologia: *sendo anti-individualistas, os idealistas tendiam a ser antipsicológicos*” (1980, p. 302, grifos do autor). Exatamente por essa tendência, a psicologia não receberá dos idealistas uma posição de destaque maior que a da física, por exemplo, pois, se a física se ocupa de objetos concretos, o que conseqüentemente a torna limitada por ser incapaz de dar conta da totalidade do real, a psicologia, por sua vez, se ocupará do indivíduo, do eu subjetivo e, quando bem orientada, do eu objetivo, sendo praticamente inviável a sua aplicação a um nível do eu absoluto, o que as torna igualmente insuficientes em si mesmas.

O ponto é este: é melhor que a dinâmica psicológica seja “superada” ou “cancelada”. Por si só, a psicologia não pode fornecer uma descrição adequada da realidade humana. Novamente: o ego individual é apenas uma manifestação

ou parte integrante de algo muito maior do que ele mesmo. A verdadeira compreensão, a verdadeira ciência sistemática, revela que a psicologia é o estudo da mera “palha” ou “casca” mediante a qual a realidade se revela (Leary, 1980, p. 303).

De todo o modo, Leary (1980, p. 312) sintetiza seis pontos importantes acerca do desenvolvimento da psicologia no seio do idealismo alemão:

1. Realmente, havia algo como uma psicologia idealista na Alemanha na primeira metade e mesmo segunda metade do século XIX. Considerando a sua variedade;
2. Essa psicologia idealista foi desenvolvida pelos discípulos de Fichte, Schelling e Hegel;
3. A psicologia idealista influenciou o desenvolvimento de vários conceitos e assuntos relacionados (tais como: consciência, ego, personalidade, imaginação e vontade), que se tornaram partes proeminentes da psicologia posterior;
4. A psicologia idealista influenciou o desenvolvimento do voluntarismo e a perspectiva da psicologia social, ambas tipificam as teorias do final do século XIX sobre os processos cognitivos superiores;
5. A psicologia idealista encorajou tanto uma abordagem genética como também uma psicofísica. Da mesma maneira, incentivou estudos comparativos por sua aderência a procedimentos dialéticos e à filosofia da identidade;
6. O idealismo alemão, apesar de suas contribuições a aspectos específicos da psicologia, não influenciou o desenvolvimento teórico do conceito de psicologia em geral. Na verdade, se opôs ao desenvolvimento da psicologia como uma ciência matemática experimental. Nesse sentido, o idealismo alemão foi contrarrevolucionário e até mesmo repressivo, dificultando o avanço institucional daqueles que apoiavam uma abordagem científica natural da psicologia.

1.3 Ciência, método psicológico e psicologia

Em contraposição ao método especulativo, se estabelecerá uma corrente heterogênea cujos antecedentes se encontram no empirismo inglês. Trata-se do método psicológico. Por método psicológico entendemos, juntamente com Porta (2018, p. 328;

2020a, p. 12), uma variante da tendência naturalista que propõe uma fundamentação da filosofia na psicologia – o que não necessariamente reduz a primeira à última –, concebendo-a como uma disciplina empírica que procura trazer ao âmbito da experiência interna o mesmo ideal epistemológico que a física proporcionou à experiência externa. Tal método adquire um perfil específico na filosofia alemã do começo do século XIX, sendo que as diretrizes essenciais que nortearão a sua pesquisa são:

- a) O elemento crítico frente ao especulativo;
- b) O elemento empirista frente ao apriorismo radical;
- c) A autonomia da ciência e seu caráter de *Faktum* frente à pretensão de uma filosofia como saber absoluto;
- d) O dado e a reflexão correlata frente a toda construção.

Evidentemente, os pressupostos do método psicológico se apresentam como reação frontal ao método especulativo, uma vez que se fundamentam sobre o caráter e procedimento empírico das ciências naturais. O objetivo da ciência aqui não mais é a busca por um saber absoluto que reflita a totalidade do real mediante uma dialética racional, mas aquilo que é possível apreender a partir de métodos e objetos bem delimitados e, sobretudo, verificáveis, característica essencial do empirismo das ciências da natureza. É sobre o desenvolvimento dessa abordagem, mais especificamente na preocupação de legitimar a psicologia enquanto ciência, que nos voltaremos agora.

1.3.1 Fries

Jakob Friedrich Fries é um dos primeiros opositores do método especulativo. Particularmente em relação à filosofia de Fichte, seu professor na Universidade de Jena. Influenciado pelo contato com Reinhold, Ernst Platner e Jacobi, e diante do avanço incontornável das ciências naturais, Fries encontrará na introspecção o tema central do desenvolvimento da sua psicologia. A sua filosofia visa a um verdadeiro resgate do espírito crítico kantiano. Se, por um lado, era necessária uma fundamentação adequada ao método crítico estabelecido por Kant (conforme Reinhold já havia apontado), por outro, o idealismo alemão, através do método especulativo, não fornecia esse elemento, nem poderia considerar-se um verdadeiro desenvolvimento do método crítico.

Enquanto Kant havia buscado um fundamento seguro sob o qual estabelecer a filosofia, Fries foi um passo além, procurando determinar como tal fundamento poderia ser construído [...] Fries queria determinar como o método crítico

fornecia conhecimento e, deste modo, qual tipo de conhecimento era fornecido pelo método crítico (Leary, 1982b, p. 225).

Para tanto, Fries pretende provar que o método crítico fornece conhecimento mediante uma análise regressiva que se inicia com o fato empírico da consciência. Dessa forma, o método crítico se estabelece, em última instância, sobre um conhecimento empírico e não metafísico. Dito de outro modo, para Fries, a filosofia crítica – embora forneça conhecimento do *a priori* e elementos necessários ao entendimento – é uma ciência empírica estabelecida sobre a análise de estados cognitivos que nos são familiares mediante a introspecção. Nesses termos, Fries pretende fundar a filosofia crítica na psicologia tendo por base de tudo a experiência. Enquanto a física se ocupa da experiência externa, a filosofia terá por objeto a experiência interna. Nesse sentido, o método psicológico emerge como contraponto ao método especulativo, que, para Fries, tem sua raiz na tentativa kantiana de provar princípios básicos como causalidade e substancialidade por meio da dedução transcendental. Na visão de Fries, embora o princípio da causalidade seja *a priori*, nosso conhecimento dele é empírico. Isto é, em vez de uma dedução transcendental, Fries sugere uma dedução psicológica, uma vez que, considerando que a tarefa básica da filosofia crítica é dar conta do elemento *a priori*, a abordagem para tanto não poderia ser nem de caráter empírico (pois, nesse caso, seria *a posteriori*), nem de caráter puramente racional (pelo risco de incorrer no método especulativo), mas deveria se basear na constatação irrefutável do fato empírico da consciência. A discussão acerca da ambivalência desse procedimento (se lógico ou psicológico) está para além do nosso objetivo. O importante a ressaltar aqui é o papel essencial do princípio de imanência, que, em Fries, conduz tanto a fundamentação da filosofia na psicologia, quanto, de forma mais abrangente, reforça o caráter empírico do método psicológico em contraposição ao método especulativo.

Em resposta a Kant, Fries defende que a psicologia, ou, como prefere designar, Antropologia Psíquica⁵ (*Psychische Antopologhie*), é passível de fundamentação científica. Ele aceita a crítica de Kant à psicologia racional, mas rejeita o *status* de *meramente empírica* ao qual Kant a havia submetido, sobretudo em relação à limitação epistemológica disso decorrente. Para Fries, é possível organizar racionalmente os fenômenos psíquicos de acordo com critérios metafísicos:

⁵ Leary (1982b, p. 232) pontua que a escolha de Fries por esse termo é motivada por evitar premissas da velha psicologia racional e também indicar uma insatisfação com a “fragmentária” e mecânica psicologia empírica de seu tempo.

Fries concordou que os princípios a que Kant se referia como “os princípios metafísicos da ciência natural” não poderiam ser usados na psicologia, mas apontou que esses princípios eram realmente “princípios metafísicos de natureza exterior”, não a ciência natural *per se*, e que outro conjunto de critérios metafísicos era possível. Esses princípios alternativos, constituindo uma “metafísica de natureza interior” autônoma, tornariam possível o desenvolvimento de uma psicologia verdadeiramente científica (Leary, 1982b, p. 233).

Fries propõe em sua psicologia uma doutrina metafísica do conhecimento científico da mente, que, a nível esquemático, se fundamentava em um procedimento de duas etapas: a) descrever naturalmente os vários fenômenos da mente humana, tais como se manifestam na experiência e b) fornecer uma teoria da mente que, mediante leis gerais, desse conta de explicar esses fenômenos. A partir do desenvolvimento dessas etapas, Fries concebe ser possível à psicologia dar conta dos fenômenos psíquicos sob uma fundamentação empírica que, utilizando-se de princípios “metafísicos de natureza interna” – para Fries, tão certos e conhecidos quanto os da experiência externa –, torna possível a identificação de leis racionais próprias à mente, o que faz da psicologia uma verdadeira ciência.

Embora Fries estabeleça o *status* científico da psicologia sob uma fundamentação metafísica, ele concorda com Kant que fenômenos psíquicos (por terem apenas dimensão temporal e não espacial) não podem se submeter à matemática, modelo ideal de tratamento racional desde a revolução científica do século XVI. Desse modo, Fries aceita que a psicologia não seja capaz de oferecer uma explicação completa e precisa de seus fenômenos, como a física, por exemplo, consegue. Para ele, de modo algum, isso invalida a legitimidade da psicologia enquanto ciência teórica, apenas reconhece os seus limites. Isso fica nitidamente expresso na seguinte citação que Leary faz do discípulo de Fries, Leonard Nelson, a esse respeito:

Fenômenos psíquicos não podem ser medidos, então a explicação teórica deles só é possível em um grau limitado. Mas isso não quer dizer que eles não possam ser teoricamente explicados, pois podem, dentro dos limites estabelecidos pela impossibilidade de medição (Nelson apud Leary, 1982b, p. 240).

Embora o reconhecimento da limitação teórica da psicologia, nesse sentido, seja observado tanto em Fries quanto em Nelson, Leary (1982b, p. 240) destaca que Fries não era totalmente pessimista sobre a aplicação da matemática na psicologia, mas que ele

reconhecia a possibilidade de aplicação da lei da continuidade (*Stetigkeit*) na psicologia, a saber: toda mudança ocorre de forma gradativa, havendo sempre um estágio intermediário entre dois estados. Conquanto o próprio Fries nunca tenha formulado nenhuma aplicação desse gênero.

1.3.2 Herbart

Johann Friedrich Herbart, assim como Fries, foi aluno de Fichte na Universidade de Jena e procurou desenvolver, em resposta a Kant, uma psicologia legitimamente científica. Ele o faz através da tentativa de demonstrar a viabilidade de aplicação da matemática na psicologia e, a partir disto, reivindicar sua cientificidade nos moldes da crítica kantiana. Dois grandes movimentos estão implícitos nessa empreitada: 1) A fim de defender a aplicabilidade da matemática na psicologia, Herbart precisa demonstrar que o conceito de força aplicado na física (forças físicas) pode ser analogamente aplicado à psicologia (forças psíquicas). Era necessário demonstrar a existência de leis exclusivas do psíquico não redutíveis ao físico; 2) A constituição da psicologia enquanto ciência demanda fundamentação metafísica, uma vez que, para Herbart, não é possível prescindir do conceito de alma como substância e, em sentido mais específico, como substância simples.

Para Herbart, o objeto da psicologia é a alma, a questão consequente é: o que é a alma? Com o objetivo de defini-la, Herbart se utiliza de um conceito metafísico: a alma é uma *substância simples*. Substância simples está aqui em oposição ao conceito de substância aristotélica ou fichteana, uma vez que Herbart entende como internamente contraditória toda a concepção de substância enquanto estrutura que abriga sobre si propriedades distintas, o que implica, em última instância, que a substância é e não é na medida em que cada uma das propriedades não seja a outra. Por esse motivo, Herbart aceita inclusive a multiplicidade de substâncias, desde que sejam simples. Um próximo questionamento que surge é: se a alma é uma substância simples e, portanto, não pode sofrer modificações, como explicar as diferentes manifestações da subjetividade na experiência? A resposta de Herbart será que o único objetivo da substância é conservar a própria identidade e, nesse movimento, ela adquire diferentes formas a partir daquilo que ameaça a sua identidade. Logo, a importância de uma fundamentação metafísica da psicologia repousa sobre a necessidade de tornar livres de contradição as categorias,

adequando os conceitos advindos da experiência empírica ao princípio de identidade e não contradição, viabilizando assim o conceito de substância simples.

Um problema central para a psicologia e filosofia da psicologia do século XIX é a viabilidade da observação dos processos e eventos mentais (Textor, 2021, p. 20). Sobre esse problema, Herbart critica o introspeccionismo por entender que toda tentativa de observação interna modifica o fenômeno em questão. Nessa perspectiva, ele se alinha àqueles que defendem a impossibilidade da observação interna, como Kant e Comte. No entanto, diferentemente deles, Herbart não chega à conclusão de que, por esse motivo, não possa haver uma psicologia enquanto ciência empírica. Para ele, duas são as fontes do conhecimento humano: a experiência e o princípio de identidade, tendo o último prioridade absoluta sobre o primeiro. A experiência resulta na formação de conceitos e, em última instância, categorias. Todavia, essas categorias fundadas na experiência precisam se submeter ao princípio de identidade e não contradição.

No tempo de Herbart, havia uma ampla aceitação da teoria das faculdades que alegava haver certas atividades psíquicas básicas irreduzíveis. No entanto, Herbart não estava satisfeito com esse tipo de teoria das faculdades, inspirado pela mecânica newtoniana (que considerava como modelo de ciência por excelência), desejava estudar o processo e mecanismo mediante o qual uma função era atribuída a uma faculdade mental. Para ele, a alma humana possui capacidades inatas, não derivadas de outras, que são produto da interação entre representações (*Vorstellungen*). Herbart defende que essa interação entre representações pode ser mensurada e descrita mediante a linguagem matemática. Portanto, Herbart defende a aplicação da matemática na psicologia, o que é apresentado em sua obra *Psicologia como ciência* (1824). A exposição de seus argumentos foge aos limites deste trabalho⁶, mas sobre isso é suficiente ater-se ao fato de que Herbart foi o primeiro a introduzir de forma sistemática o método matemático na psicologia (PES, p. 50), através do qual procurará, a partir da elaboração de uma mecânica da representação expressa em fórmulas matemáticas, provar a aplicabilidade de forças psíquicas e a viabilidade de mensuração de suas magnitudes. Com isso, ele pensa provar ser possível aplicar matemática à psicologia, visando fornecer à psicologia uma base objetiva e comum às ciências naturais. A despeito de todo o empenho conceitual nesse sentido, Murray (2021, p. 18-19, 36) destaca que Herbart era cético em relação à aplicação de experimentos que visassem testar a validade ou invalidade de suas equações, não por

⁶ Para uma apresentação da teoria herbartiana, cf. Murray, 2021, p. 4-36.

desconfiar da viabilidade do arcabouço matemático oferecido por ele, mas pelas seguintes razões:

- a) As pessoas variam de momento para momento no grau de atenção que prestam a tarefas cognitivas a elas designadas;
- b) O grau de vigília varia de acordo com a hora do dia e de acordo com o montante de tempo trabalhado antes do experimento;
- c) A ingestão de bebidas alcoólicas (ou que afetam de alguma forma os sentidos) antes do experimento é uma variável a ser considerada;
- d) Sobretudo, há uma variedade de representações (*Vorstellungen*), fundidas ou não, que são despertadas pelos estímulos em uso no experimento. Se tais estímulos forem palavras, fatores semânticos poderão influenciar os resultados.

Portanto, o grande dilema enfrentado por Herbart é que, a despeito de um eventual sucesso na demonstração da aplicabilidade da matemática na psicologia, Kant já havia argumentado que não temos intuição sobre a alma da mesma maneira que temos sobre o Espaço e Tempo e, conseqüentemente, isso implica em que não se pode aplicar unidades de medida a eventos mentais assim como se efetua a eventos físicos. Dito de outro modo, Herbart ainda não havia apresentado como uma pessoa X poderia medir a força de uma representação em uma pessoa Y.

Herbart havia, ingenuamente, construído uma superestrutura teórica que incorporava interações entre *Vorstellungen*. Infelizmente, qualquer descrição de uma “força-*Vorstellung*” foi baseada apenas em uma atribuição arbitrária de um número a essa força. Esse número não pode ser determinado por uma medição externa à pessoa que experimenta essa *Vorstellung*. Herbart se depara frente a frente com a perturbadora pergunta: “Pode uma *Vorstellung* ser medida?” (Murray, 2021, p. 21, grifos do autor).

1.3.3 Weber – Fechner

Ernst Heinrich Weber e seus dois irmãos mais novos foram figuras ilustres no cenário científico do início do século XIX. Wilhelm Weber, o irmão do meio, foi um exímio matemático com especialização em física. Eduard Friedrich Weber, o caçula, tornou-se médico com ênfase em anatomia e fisiologia. E. H. Weber, por sua vez, foi detentor de duas cátedras na Universidade de Leipzig, uma em anatomia (1821 a 1866) e outra em fisiologia (1840 a 1871), onde estabeleceu uma vida produtiva de ensino e

pesquisa sobre uma variedade de problemas em fisiologia humana e animal. Os três irmãos colaboraram mutuamente em suas pesquisas científicas.

E. H. Weber (doravante Weber) descobre em meio às suas diversas pesquisas uma regularidade perceptiva, o que ficará conhecido posteriormente como Lei de Weber. Duas publicações se destacam em relação a esse ponto: uma monografia divulgada em 1834, *Sobre o pulso, reabsorção, audição e tato*, e uma outra intitulada *O senso do tato e a sensibilidade comum* (principal monografia de Weber sobre o tato), divulgada em 1846. Na obra de 1834, Weber apresenta, na seção dedicada ao tato, uma série de experimentos sobre sensações cutâneas e cinestésicas, calculando variações de pressão, localização, temperatura e peso em distintas regiões do corpo, enquanto, na obra de 1846, ele tem por objetivo fornecer uma referência enciclopédica que pudesse ser consultada por pesquisadores preocupados com a anatomia e fisiologia dos sentidos da pele.

Na monografia de 1834, Weber realiza alguns experimentos com o objetivo de avaliar a influência do sentido cinestésico sobre a avaliação de pesos. O método basicamente consistia em aplicar um peso padrão e um outro peso variável em distintas partes do corpo de um sujeito – que envolvesse ou não a utilização do sentido cinestésico – e assim pedi-lo para compará-los. Dos resultados obtidos por Weber, aquele que mais nos interessa é que a percepção da diferença não estava vinculada à magnitude absoluta da diferença, mas sim da razão entre a diferença e o estímulo padrão. Dito de outro modo, quanto menor o peso padrão, menor a variação necessária para que houvesse percepção da diferença, da mesma maneira o inverso. Com isso, se estabelece aquilo que ficará conhecido como diferença apenas perceptível (d.a.p), ou limiar diferencial. A partir dos experimentos realizados, Weber chega à conclusão de que a d.a.p era uma constante, no caso de experimentos com as mãos: era de aproximadamente $\frac{1}{4}$ do peso padrão quando não havia envolvimento do sentido cinestésico e cerca de $\frac{1}{40}$ quando o sentido cinestésico era requerido. A equação resultante na d.a.p que representa o aumento necessário da intensidade do estímulo associado em uma proporção constante de si mesma é o que fica, portanto, conhecido como a Lei de Weber.

A importância da Lei de Weber é que ela apresenta de maneira pioneira uma conexão mensurável entre o físico e o psíquico, e não apenas isso, mas possibilita que tal mensuração ocorra de um ponto de vista de terceira pessoa. “Weber é classificado por alguns atuais historiadores da ciência como a primeira pessoa nos tempos modernos a fornecer suporte experimental para afirmações sobre eventos mentais” (Murray, 2021, p. 69). Embora estudos posteriores tenham mostrado que a constante de Weber não é tão

estável em estímulos muito fracos ou muito fortes, mas aproximadamente constante em estímulos médios, a importância da contribuição de Weber está para além de qualquer questionamento.

Em continuidade aos trabalhos de Weber, está associada uma figura de não menor importância, Fechner. Físico com especialização em eletricidade altamente respeitado, durante a adolescência, marcada por profunda investigação intelectual, estuda de Herbart e do Romantismo a uma abordagem alemã peculiar da *Naturphilosophie* propagada por Lorenz Oken (a qual criticará por considerar faltar com o rigor). Ingressa na Universidade de Leipzig em 1817 para estudar medicina, onde tem aulas de fisiologia com Weber e da qual sai formado. Fechner se dedicou também a estudos na área da física e matemática, traduzindo importantes obras de física e química do francês para o alemão. Isso, associado à qualidade da publicação de uma monografia em 1830 acerca da aplicação de experimentos para as leis de eletricidade formuladas por George Simon Ohm e ao grande apreço que físicos acadêmicos tinham por suas traduções e anotações (mais especificamente dos textos de Biot), fez com que Fechner fosse eleito professor de física na Universidade de Leipzig em 1831.

Murray (2021, xvii) alega que o objetivo da agenda de Fechner, no que se refere mais especificamente às suas contribuições à psicologia, era mostrar que o mundo da mente (sujeito da psicologia) e o mundo da matéria (sujeito da física) não eram rigidamente separados um do outro. Essa conexão se justificaria pelos seguintes aspectos:

- a) A magnitude da sensação-experiência se dá em função da medida da intensidade do estímulo físico;
- b) Fechner acreditava que havia descoberto que a mente e a matéria podiam ser unificadas cientificamente em virtude da asserção anterior, o que é tecnicamente denominado relação “monótona”;
- c) Fechner criou uma “lei psicofísica” com o objetivo de legitimar as afirmações anteriores ao alegar que a sensação-magnitude era um tipo particular de função monotônica da intensidade do estímulo, nomeadamente, uma função logarítmica.

O termo “psicofísica” é cunhado por Fechner em 1860 no título de sua obra do respectivo ano: *Elementos de Psicofísica*. Por psicofísica, Fechner compreendia, como já se tornou claro, o estudo dos processos mentais integrado ao estudo dos processos sobre objetos físicos. É nessa obra que ele, baseando-se na Lei de Weber sobre a constância da d.a.p, apresentará uma equação representativa da identidade da mente e da matéria: $S = k$

$\log R$, sendo “S” a magnitude da sensação, “k” a constante e “R” a magnitude do estímulo (onde a intensidade dos estímulos físicos aumenta geometricamente enquanto a intensidade das sensações aumenta aritmeticamente), tornando possível assim a mensuração e quantificação da experiência, algo anteriormente ambicionado por Herbart. A lei de Fechner, portanto, define que a magnitude da sensação é proporcional ao logaritmo da intensidade do estímulo físico correspondente.

Os avanços de Weber e Fechner proporcionaram não somente a possibilidade do desenvolvimento da psicologia experimental, mas sobretudo a defesa cada vez mais incontestável de que a psicologia deveria ter o seu *status* de ciência reconhecido. Prova disso foi o estabelecimento, 19 anos após os *Elementos de Psicofísica*, do primeiro laboratório de psicologia experimental, por Wundt.

A psicofísica é importante na história da ciência por duas razões principais. Em primeiro lugar, no nível administrativo, a psicofísica desempenhou um papel crucial em persuadir certas universidades alemãs a acrescentar uma nova disciplina a seus currículos básicos de ensino, a saber, a psicologia experimental. Em segundo lugar, a psicofísica foi um exemplo notável de uma pretensa ciência cuja validade *não* foi aceita por muitos físicos, filósofos, matemáticos e até mesmo alguns psicólogos. No entanto, sua natureza controversa levou a uma nova ênfase revolucionária na importância da medição como um tópico em si e, dessa forma, contribuiu para a recepção bem-sucedida da teoria da relatividade de Einstein (Murray, 2021, p. xxiii - xxiv).

1.3.4 Beneke

Friedrich Eduard Beneke, juntamente com Herbart e Fries, é uma das figuras que se posiciona contra a tendência majoritária de adesão da filosofia alemã ao método especulativo. Característica que o diferencia dos demais é o seu empirismo radical. Reconhecendo o êxito das ciências da natureza, ele pretende construir uma filosofia como ciência rigorosa fundamentada em última instância na experiência. Uma vez que a experiência externa já era objeto incontestado da física, caberia à filosofia ocupar-se da experiência interna, isto é, aquilo que ocorre no âmbito da *psique*. Nesse sentido, a filosofia era basicamente ‘psicologia’ (Porta, 2022, p. 637). Portanto, para Beneke, o objeto imediato da psicologia empírica se encontrava no conteúdo apreendido mediante o fato da experiência interna. Por experiência interna, ele compreende o fluxo de reminiscências, imaginação, raciocínio ou pensamento subjetivo, em detrimento do conteúdo da percepção sensorial (visão, audição, tato etc.), como se manifestam de maneira imediata à consciência, o que ele atribui ao domínio da experiência externa. A

partir disso, Beneke reconhece a possibilidade de dois métodos distintos de estudo, o das próprias experiências e o das experiências de terceiros. Embora reconheça a impossibilidade do acesso às experiências internas de terceiros, Beneke entende e defende que, mesmo de maneira limitada, nos deparamos com os pensamentos internos de terceiros mediante os seus sinais externos, isto é, os seus respectivos atos. Conseqüentemente, o conhecimento adquirido nesses termos deve ser baseado na analogia de nossa própria experiência individual, mas ainda assim é um caminho válido, uma vez que esse tipo de observação se torna possível mediante um treinamento prévio que permita a adequada leitura dos atos com os seus correspondentes estados internos. De todo modo, em linha com o seu empirismo, Beneke compreende haver uma superioridade essencial no método introspectivo de análise das próprias experiências, uma vez que, para ele, aquilo que ocorre diante de nossa experiência é não somente passível de exame, mas também de observação direta. Beneke era consciente das discussões em seu tempo acerca da impossibilidade da observação interna⁷, mas argumenta que, assim como a observação externa demanda um treinamento prévio de seu observador devido aos vários graus de clareza, definição e exatidão, da mesma forma também ocorre com a observação interna.

O objetivo do programa de Beneke consistia em estabelecer a psicologia enquanto ciência a partir do modelo da ciência natural, utilizando-se da percepção interna como pedra basilar de seu sistema, no entanto, sem com isso reduzir a psicologia à ciência natural ou à fisiologia – que, em seu tempo, expressava-se como uma tônica em relação à psicologia –, mas antes constituir uma psicologia enquanto ciência autônoma frente à ciência natural, mesmo que partilhando de seu método, e de modo mais amplo, fundar uma filosofia científica, uma filosofia empírica que, diferentemente do método especulativo, respondesse aos critérios metódicos da ciência natural. Como veremos mais adiante, o programa de Beneke em muito se assemelha ao objetivo de Brentano.

Embora os resultados da psicologia de Beneke sejam similares à psicologia de Herbart, diferentemente deste, Beneke não fundamenta a psicologia na matemática ou metafísica, mas exclusivamente na percepção interna.

⁷ Resgataremos essa discussão mais adiante. Veja p. 64-68.

1.3.5 Lotze

Rudolph Hermann Lotze foi uma figura central na filosofia do século XIX. Em 1834, ingressa na Universidade de Leipzig para estudar filosofia e, preocupado com questões financeiras, estuda também o campo mais lucrativo da medicina, recebendo o doutorado em ambas, quatro anos depois. Essa dupla formação se refletirá em muito do seu trabalho filosófico. Vale mencionar que Fechner foi um de seus professores, e Lotze tem contato pessoal com Fries. A importância de Lotze está no fato de que sua obra se situa na passagem do declínio do método especulativo e sucessiva ascensão do método psicológico, não apenas em termos cronológicos, mas sobretudo em seu conteúdo e objetivo.

Conforme observamos anteriormente, o método especulativo enxergava a ciência como subordinada à filosofia, e uma das mais importantes contribuições de Lotze encontra-se no papel que ele exerce no movimento contra o hegelianismo, de certo modo ápice dessa compreensão. No entanto, é preciso ressaltar que aquilo que Lotze propõe não é abandonar o idealismo, mas oferecer uma refundamentação que não o coloque em conflito com a ideia de ciência empiricamente orientada do método psicológico (Porta, 2023, p. 102). Em última instância, portanto, Lotze procura conciliar ciência e idealismo. Isso torna-se claro quando temos em mente a oposição que Lotze expõe entre a ciência enquanto objetivação da realidade e o ânimo (*Gemüt*) como subjetivação valorativa. A tensão existente aqui é que, se, por um lado, a ciência procura dar conta da realidade desconsiderando toda a atribuição de valor sobre o seu objeto – e assim se faz necessário para o atingimento de seu propósito de objetivação da realidade –, por outro, ignorar a dimensão subjetiva do valor é desconsiderar a realidade existencial, é como construir uma cidade para morador algum. Porta (2023, p. 104) sintetiza, da seguinte forma, a maneira como Lotze pretende conciliar a tensão existente:

- a) A ciência possui uma missão legítima, e o programa do conhecimento objetivo tem um valor intrínseco que não pode ser negado;
- b) O conflito entre ciência e *Gemüt* não deve levar a mantê-los desconexos;
- c) Se há uma contraposição real de interesse entre ciência e *Gemüt*, é possível dissolvê-la contemplando em medida adequada ambas as exigências;
- d) Essa síntese consiste, em nível mais concreto, na reconciliação de mecanismo e finalidade e, em nível mais abstrato, na reconciliação entre facticidade e sentido.

Desse modo, a motivação de Lotze em conciliar essa tensão está no fato do reconhecimento do avanço inexorável das ciências da natureza, por um lado, e da necessidade e legitimidade da investigação pelo sentido, pelo valor da existência, por outro. A obra *Microcosmo*, em três volumes (1856, 1858 e 1864), é o principal texto onde Lotze tematizará essa relação.

A filosofia de Lotze, por seu caráter de transição, servirá de horizonte para todo o desenvolvimento posterior, sobretudo influenciará Brentano. A relação entre Lotze e Brentano não se limita ao apoio de Lotze para a nomeação de Brentano na Universidade de Viena em 1874, ou por Brentano enviar Stumpf, um de seus alunos, para ser orientando de doutorado por Lotze. Em verdade, esses fatos são consequências daquilo que os aproximava. Quando Brentano recebe sua *venia legendi* (habilitação para lecionar), Lotze já era uma figura consagrada e, portanto, de grande prestígio, sobretudo pela publicação do seu terceiro e último volume da obra *Microcosmo*. Milkov (2018, p. 30) destaca que a despeito das reservas e diferenças, o próprio Brentano considerará Lotze como o filósofo alemão contemporâneo mais brilhante.

De importância genuína para a história da filosofia, no entanto, é que durante esse período [inverno de 1870-1871] o próprio Brentano mergulhou nos escritos de Lotze, enquanto trabalhava na sua *magnum opus*, *Psicologia do ponto de vista empírico*. [...] Que a precoce *magnum opus* de Lotze foi um componente estimulador do pensar brentaniano, quando *Psicologia do ponto de vista empírico* tomou forma, está manifesto nas passagens do *Microcosmo* que Brentano cita em vários pontos-chave e em maior extensão do que o trabalho de qualquer autor (Milkov, 2018, p. 31, grifos do autor).

Duas características peculiares aproximam os programas de Brentano e Lotze: 1) o esforço de reformular e estabelecer a filosofia como uma ciência estrita e 2) o movimento de introduzir uma abordagem passo a passo ou “fragmentada” para o processo da filosofia sistemática⁸ (Milkov, 2018, p. 32).

1.3.6 Conclusão

Como já observamos anteriormente, o método psicológico concebe a ciência como o conhecimento que se obtém a partir de um procedimento empiricamente orientado. Tal procedimento se fundamenta sobre o sucesso das ciências naturais,

⁸ Milkov (2018) expõe em seu artigo outros cinco pontos de convergência entre Lotze e Brentano, a saber: (i) o juízo e seu conteúdo, (ii) o conteúdo da percepção, (iii) a intencionalidade, (iv) a psicologia descritiva, (v) o vínculo da percepção e conhecimento às emoções.

sobretudo do seu paradigma essencial, estabelecido pela física, cujas características essenciais consistiam na viabilidade de aplicação das matemáticas, assim como na verificação empírica dos resultados. Todavia, no caso do método psicológico, o esforço concentra-se especialmente em fornecer ao âmbito da experiência interna o mesmo ideal epistemológico que a física proporcionou à experiência externa. A tônica e o desenvolvimento do método psicológico nos autores mencionados consistem, portanto, em determinar, em resposta ao veredito kantiano, não somente o quanto a psicologia se justifica enquanto ciência, mas – em conjunto com o avanço da fisiologia em meados do século XIX, que contribuiu para endossar a ideia de que é possível mensurar de algum modo os fenômenos psíquicos e, com isso, estabelecer bases para a fundamentação de uma psicologia científica – em impulsionar uma reformulação do próprio *status quaestiones* elaborado por Kant. A discussão não girava mais em torno da viabilidade de medição dos fenômenos psíquicos e de sua observação (ou, como reformulado por alguns, da legitimidade da percepção interna), mas sim da determinação objetiva do estabelecimento de um método e objeto que permitisse a fundação e posterior desenvolvimento da psicologia enquanto ciência.

2 BRENTANO E O ESTABELECIMENTO DA PSICOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIA AUTÔNOMA

Nesta segunda parte do trabalho, apresentaremos a recepção do problema por Brentano, assim como a articulação e resposta que ele fornece a partir das diretrizes de sua filosofia.

2.1 Franz Brentano

Franz Clemens Honoratus Hermann Brentano foi uma figura basilar no cenário filosófico do século XIX. Considerado fundador da filosofia austríaca (Antonelli; Boccaccini, 2021; Mezei; Smith, 1998; Textor, 2021), exerce profunda influência na fenomenologia e na filosofia analítica inicial. Proficiente professor que era, reúne em torno de si alunos ilustres que, a despeito de rompimentos que ocorrerão posteriormente, formam aquilo que ficou conhecido como a *escola de Brentano*. A formação de Brentano passa por uma sólida instrução na filosofia de Aristóteles, sobretudo sob a orientação de Adolf Trendelenburg em Berlim. Prova disso são os seus trabalhos do período de formação acadêmica, que sempre se remetem ao estagirita. Possuía também um bom domínio da filosofia escolástica, com a qual teve contato nos estudos colegiais e é influenciado, não sem ressalvas, tanto pelo positivismo de Comte quanto pelos empiristas britânicos.

A escolha de Brentano em aprofundar-se na filosofia de Aristóteles não é em nada fortuita, antes revela o caráter e direção de sua própria filosofia (Jacquette, 2004a, p. 5). Nos 50 anos decorridos entre a publicação da *Crítica da Razão Pura* e a morte de Hegel, o idealismo alemão, e especificamente o que mais nos interessa, o método especulativo, foi a orientação filosófica de maior prestígio e destaque, sobretudo em solo de língua germânica. No entanto, o ano de 1831 marca não somente a morte de Hegel, mas um novo *Zeitgeist* para a filosofia alemã. A combinação de um tempo marcado pelo avanço da industrialização, o sucesso das ciências teóricas e aplicadas, assim como revoluções socioeconômicas, tornam cada vez mais inviável a defesa de uma razão absoluta, ou de um sistema filosófico que procure dar conta da totalidade da realidade a partir de um princípio único. Resultado disso é o declínio da filosofia, particularmente do método especulativo, sobretudo, na visão de Brentano, como caracterizado em Schelling, embora as suas críticas se estendam também a Hegel, Fichte e Kant.

Conforme apresentado anteriormente, se para o método especulativo as ciências deveriam submeter-se à filosofia no sentido de ter nessa última a sua fundação, o progresso científico acaba conduzindo a uma redefinição dessa relação:

O fundamento de toda ciência é a experiência, e essa deve também aplicar-se à filosofia. Foi assim que o empirismo e o positivismo se estabeleceram na Alemanha após a morte de Hegel, inicialmente promovidos não por filósofos, mas por cientistas (Antonelli; Boccaccini, 2021, p. 27-28).

É por esse motivo que a figura de Aristóteles será não somente importante para Brentano, mas essencial. Para além das doutrinas do estagirita – às quais Brentano se dedica –, o que chama a atenção de Brentano no filosofar aristotélico é a capacidade deste em lidar concretamente com problemas filosóficos.⁹

Evidentemente, Brentano se situa, portanto, na tradição do método psicológico, sendo que, no contexto germânico (do qual tanto ele quanto os autores anteriormente mencionados fazem parte), seria mais adequado, do ponto de vista conceitual e histórico-filosófico, compreender a noção de método psicológico como a tese que faz da psicologia a disciplina fundamental da filosofia, não implicando com isso uma necessária redução da segunda à primeira (Porta, 2018, p. 328; 2020a, p. 12; 2021, p. 471). Na verdade, o método psicológico servirá de estrutura para que Brentano possa não apenas apresentar um caminho para o estabelecimento de uma *psicologia do ponto de vista empírico*, mas sobretudo de uma *filosofia do ponto de vista empírico*.

Se, por um lado, é verdade que Brentano é um integrante da tradição do método psicológico, partilhando de suas premissas e do modo de enxergar a relação entre ciência, filosofia e psicologia, por outro, “o que é característico da relação de Brentano com o método psicológico é que, ao mesmo tempo em que Brentano retoma seus elementos, ele os desenvolve, os aprofunda e, em suma, produz algo essencialmente novo” (Porta, 2018, p. 337). A partir de uma concepção científica empiricamente orientada, Brentano se empenhará no estabelecimento de uma psicologia científica, o que, por sua vez, evidenciará a filosofia que lhe serve de fundamento, isto é, o seu projeto de uma psicologia descritiva. Porta (2018, p. 337-339) apresenta e Brito (2022, p. 57-58), revisitando o referido texto, esquematiza nove características fundamentais que

⁹ Para uma compreensão da influência do pensamento católico e os diferentes momentos de ênfase entre a relação de Brentano com Aristóteles e Tomás de Aquino, cf. Antonelli; Boccaccini, 2021, p. 23-46

permitiram a Brentano, a partir do método psicológico, estruturar a filosofia como psicologia descritiva:

1. Duas teses fundamentais e comuns à filosofia brentaniana, bem como ao método psicológico em território germânico, eram: a) a psicologia como disciplina básica da filosofia e b) o verdadeiro método da filosofia não era outro que o da ciência natural;
2. Convicções comuns à filosofia brentaniana e ao método psicológico eram: a) o inimigo a ser combatido que, particularmente em Brentano, se estende do idealismo enquanto método especulativo até o idealismo kantiano e b) uma proposta positiva de ciência, isto é, fundamentada na experiência conforme o modelo das ciências naturais;
3. O fato de que a filosofia devesse seguir o método das ciências naturais implicava a necessidade de uma reflexão acerca da noção de “empirismo” adequada à ciência empírica;
4. Para Brentano, o que é próprio e específico do método das ciências naturais e que devia ser aplicado à filosofia, mediante a psicologia, era a devida adequação à natureza do seu objeto. Isso significa que, por exemplo, o modelo matemático que, por excelência, se tornou paradigma para a física não necessariamente precisaria ser aplicável às demais ciências;
5. Na visão de Brentano, especificamente para a psicologia, essa adequação implicava que a experiência do psíquico fosse caracteristicamente descritiva e não indutiva, o que faz Brentano aderir à tendência majoritária do empirismo psicológico alemão em detrimento do empirismo inglês;
6. O empirismo alemão não compreendia o indutivismo como sua consequência necessária;
7. O empirismo brentaniano acaba por radicalizar o método psicológico ao fazer dele um procedimento exclusivamente descritivo. Como consequência necessária, não apenas se distingue a percepção externa da percepção interna como se fundamenta a análise descritiva nessa última. Por esse motivo, o psíquico passa a ser caracterizado pela sua propriedade intrínseca, a intencionalidade, e não mais pelo seu modo de acesso;
8. A psicologia descritiva passa então a ser compreendida como psicologia do ato (*Aktpsychologie*);

9. Todas as teses anteriores pressupõem o *Princípio de imanência*¹⁰, o qual exerce um papel essencial na base do argumento que leva à fundamentação da filosofia na psicologia sem que a primeira se reduza a esta última.

Esses pontos antecipam em certa medida o que iremos desenvolver a partir de agora, todavia, já podemos destacar que a originalidade de Brentano na utilização do método psicológico consiste exatamente no modo como ele se apropria do princípio de imanência para, a partir dele, fundamentar a sua filosofia e psicologia.

2.2 Brentano contra o método especulativo

Frustrado com os resultados apresentados pelo método especulativo, cuja tendência era, na visão de Brentano, promover mais confusão que clareza, ele enxerga esperança para a saída da crise instaurada exatamente no reconhecimento cada vez mais enfático da decadência da filosofia, não apenas por uma mera questão de consciência do *status quo*, com o intuito de evidenciar a necessidade de sua alteração, mas por uma leitura inerente à própria dinâmica da história da filosofia. Antes de explicitarmos o que isso quer dizer, vale resgatar uma análise explícita do próprio Brentano acerca da filosofia de Schelling (e, com isso, leia-se também, o método especulativo).

Em 17 de dezembro de 1889, Brentano participa de uma conferência da prestigiosa *Sociedade Filosófica da Universidade de Viena*, onde ele apresenta o manuscrito daquilo que define como a primeira palestra pública que havia realizado em sua vida (Brentano, 2022c, p. 503), nomeada *Sobre a filosofia de Schelling*. Na ocasião daquela aula experimental, ocorrida em função de um procedimento de habilitação em Würzburg, Brentano havia recebido a tarefa de realizar uma apresentação e crítica da filosofia de Schelling em suas várias fases. Recuperaremos a seguir, portanto, o conteúdo da conferência de 1889.

Brentano inicia a introdução à sua conferência alegando que a filosofia, nas primeiras décadas do século XIX, desfrutava um alto prestígio. Jovens lotavam as salas de aula ouvindo atentamente cada palavra de seus professores. Quando pensavam haver compreendido a explanação, sentiam-se afortunados, caso contrário, atribuíam à tamanha profundidade da exposição de seus professores, associada à falta de profundidade em si mesmos, o obstáculo à compreensão. Naquele tempo, conforme relata Brentano, houve

¹⁰ Por “princípio de imanência”, nos referenciamos à tese cartesiano-lockeana de que os únicos objetos diretos e imediatos da consciência são suas próprias representações (*ideas, Vorstellungen*).

um vívido interesse, tanto pelo público em geral, mas especialmente por intelectuais com educação cientificamente orientada, em todos os desenvolvimentos da área da filosofia. A filosofia ganhou tanto prestígio que até mesmo o Estado a reconhece como poder nacional. Exemplo disto é a relação entre Hegel e a Prússia, garantindo destaque e influência ao idealismo alemão no âmbito acadêmico.

A partir de então, identifica-se uma dominação intelectual: “Ouvimos os filósofos falarem com o maior orgulho, mesmo contra todos os outros pesquisadores” (Brentano, 2022c, p. 501). A *Revista Crítica de Filosofia*, sob a batuta de Schelling e Hegel, respondia às principais objeções levantadas com comentários impertinentes: “Se eles reclamassem sobre a falta de entendimento, Schelling respondia que eles deveriam responsabilizar não a ele, mas a sua própria falta de entendimento” (Brentano, 2022c, p. 502). Dessa maneira, o acesso à filosofia tornava-se cada vez mais isolado do conhecimento comum.

Brentano exclama que, em seus dias, décadas depois, o *status* da filosofia havia mudado drasticamente. O prestígio de séculos passados se reverte em descrédito profundo:

De fato, muitos declaram em alta voz que a filosofia é cientificamente indefensável, que deveria ser dispensada das universidades e academias. E geralmente, se possível, deveria ser erradicada da humanidade, cuja força foi desperdiçada por muito tempo em esforços infrutíferos (Brentano, 2022c, p. 502).

O imenso contraste dificilmente poderia ser maior. Brentano aproveita para resgatar uma fala de Robert Zimmerman, então presidente da Sociedade Filosófica de Viena, que afirmara o quanto ele mesmo, em sua juventude, havia sido impactado pelo auge da literatura e filosofia, sobretudo na pessoa de Schelling, e exclama: “Naquela época, eles construíam fantasias; hoje queremos uma base concreta” (Brentano, 2022c, p. 502). A partir da alegação de Zimmerman, Brentano se propõe a demonstrar que tal caracterização, de fato, se justifica. Para essa finalidade, ele analisa Schelling como a figura que mais tipifica a filosofia daquela época, e a isso adiciona algo interessante: os cientistas naturais de inclinação mais positivista às vezes ficavam fascinados por Schelling, diferentemente do que acontecia com Hegel, que nunca os impressionou a tal grau (Brentano, 2022c, p. 503). Após essa introdução, segue-se com a apresentação do manuscrito de sua primeira conferência pública.

Brentano inicia o seu texto alegando que a filosofia de Schelling, em vez do desdobramento de um e mesmo ponto de vista filosófico, foi uma repetida transformação da perspectiva fundamental do próprio Schelling. Em seguida, ele afirma que uma mudança de método está entre os pontos de virada mais importantes no desenvolvimento de uma ciência. Como exemplo, ele traz à memória a transformação que a ciência natural sofreu com a renovação do seu método no final do século XVI, resultado da observação e experimentação. Sobre o papel do método na filosofia de Schelling, Brentano (2022c, p. 505) avança caracterizando o seguinte:

- a) Schelling primeiramente é um discípulo de Fichte;
- b) Depois, pretende adotar o método matemático de Spinoza, do qual se afasta gradualmente até criar um método, denominado “método construtivo”;
- c) Rapidamente, abandona esse último e se entrega a uma absoluta falta de método, dando assim livre curso à sua ousada e viva imaginação;
- d) Em seu último período, quando ele adiciona a filosofia positiva à filosofia negativa, ele distingue um método duplo, a saber: que, na filosofia negativa, tudo deve se fundamentar no a priori, mas, na filosofia positiva, deve-se aplicar um método que não exclua inteiramente o procedimento unilateral estabelecido no empirismo.

Poderíamos concluir que essas alterações no método de Schelling são os pontos fundamentais de mudança na filosofia de Schelling?, Brentano se pergunta. Ao que imediatamente responde: Não. “O método não tem tal significado em Schelling; é mais um método de montagem para apresentação [de sua filosofia] do que um método de pesquisa e, por isso, as mudanças no método são mais o resultado do que uma causa de seus pontos de vista alterados” (Brentano, 2022c, p. 505).

Em seguida, Brentano apresenta as consecutivas mudanças de Schelling vinculadas e motivadas pelas influências que sofre a partir de sua relação com outros pensadores. Em nome da brevidade, elencaremos rapidamente esse movimento conforme apresentado por Brentano (2022c, p. 505-510).

- a) A fase inicial de Schelling demonstra sua aproximação com Fichte sobre a ideia de um princípio fundamental superior;
- b) Schelling começa a se distanciar de Fichte a partir de um impulso recebido por Kant. Com base na análise kantiana do conceito de matéria, a primeira ideia atribuída ao termo é que a matéria preenche o espaço, implicando disso movimentos de repulsão e atração. Schelling combina isso à doutrina fichtiana

do Eu e Não-Eu, com algumas alterações, a partir do que ele procura apresentar um paralelismo entre a sequência de estágios na natureza e a sequência de estágios no desenvolvimento da consciência ao conceber que mente e matéria devem ser unificadas em uma identidade superior;

- c) O próximo passo de Schelling é chegar ao estabelecimento da filosofia da natureza. Vista como polo oposto da filosofia transcendental, a filosofia da natureza busca explicar o ideal em termos do real, assim como a antecessora subordinava o real ao ideal. Nenhuma das duas tomadas isoladamente daria conta de apresentar o completo paralelismo entre natureza e inteligência. Somente sua unificação pode alcançar isso. O objetivo final da filosofia da natureza é o conhecimento da unidade absoluta que a natureza revela de seu lado único dessa unidade, enquanto a tarefa da filosofia transcendental é renunciar a todo o conhecimento anterior, a despeito de quão firmemente estabelecido como verdade, para submetê-lo a um novo teste;
- d) Os anos 1802 e 1803 ficam caracterizados pelo espinosismo de Schelling. Tendo escapado do panteísmo subjetivo de Fichte, ele se torna o principal defensor do panteísmo de Espinosa;¹¹
- e) Brentano faz uma ressalva. Ele afirma que, em seus anos finais, Schelling se ocupou cuidadosamente de Aristóteles, com base no que alguém poderia pensar ter havido uma influência decisiva na filosofia de Schelling. Sobre isso, Brentano argumenta que o contato de Schelling com Aristóteles foi muito tardio, o que o impediu de compreendê-lo realmente. Além disso, alega que Aristóteles, assim como Schelling o compreendia, não era o Aristóteles da história.

Brentano conclui, portanto, que o curso do desenvolvimento da filosofia de Schelling se estabelece sobre uma expansão de seu sistema, isto é, adicionando a filosofia positiva à filosofia negativa, Schelling pretende explicar todo o seu sistema anterior.

Em seguida, Brentano passa então a elencar algumas críticas à filosofia de Schelling, mas não de modo limitado ao autor em questão, senão ao tipo de filosofia que

¹¹ Brentano reconhece que existem opiniões divergentes relacionadas à filosofia de Schelling entre os anos 1804 a 1809. Enquanto alguns afirmavam que Schelling já havia transformado seu panteísmo em um teísmo, outros diziam que Schelling parecia ter se decidido panteísta em todos os seus trabalhos que apareceram antes das *Philosophical Inquiries into the Essence of Human Freedom* de 1809, e que sua virada teísta ocorreu somente sob a influência de Franz von Baader e do filósofo teutônico Jacob Böhme, a quem Baader recomendou que ele estudasse. Essa última visão é a que Brentano entende como correta.

este representa. Em consonância com Zimmerman, Brentano (2022c, p. 515) avalia que “O futuro iminente é certamente a filosofia dos fatos, assim como no tempo de Schelling foi a filosofia das especulações sobre as fantasias”. Se Schelling chega a ocupar-se de material empírico na construção do seu sistema, isso está muito longe de aproximá-lo do caráter de ciência empírica dominante no *Zeitgeist* no qual Brentano está inserido.

Brentano realiza ainda uma comparação interna, de um ponto de vista externo, dos autores da literatura clássica com as estrelas da filosofia daquele tempo:

- a) Enquanto os primeiros mantinham-se com igual ou maior prestígio nos tempos de Brentano, os últimos eram rechaçados;
- b) Brentano alega que é um grande erro pensar que as estrelas da filosofia daquele tempo não foram realmente talentosas e brilhantes, assim como que não havia nenhum nível de exigência no exercício de sua razão. Ele cita que o próprio Schelling, certa feita, destruiu 15 páginas ao retirar dois tópicos de um escrito já publicado. Além disso, observa-se um silêncio de vinte anos nos seus trabalhos. Isso é prova de que ele não lançou ao público ideias aleatórias que surgiam fortuitamente. Além disso, Hegel é mencionado como alguém que era muito lido e que apresentava o seu método dialético de forma peculiar ao público, um drama em categorização ordenada. Por outro lado, Brentano mantém que não é acidental o fato de considerá-los como que fabricando sobre fantasias.

Na verdade, os filósofos de então desenhavam belos quadros, de certa forma, escreviam poesia. Certamente eles compuseram os elementos com uma liberdade que se tenderia atribuir não ao pintor, mas ao arquiteto; não ao poeta, mas ao compositor de música (Brentano, 2022c, p. 516).

Para Brentano, portanto, o projeto de filosofia de outrora se esgota em uma tentativa estética sem qualquer valor do ponto de vista científico. Se nos sistemas de Schelling e Hegel alguma verdade é dita, nada é verdadeiramente provado, nem mesmo de maneira remotamente racional. Portanto, se há verdade nesses sistemas, não há o menor mérito científico, muito pelo contrário, uma verdade adotada a partir de seus sistemas corre o perigo de tornar-se cientificamente comprometida.

Portanto, se esses construtores de sistemas especulativos, ou seus apoiadores em seus nomes, desejam um lugar entre os pesquisadores científicos, não é fácil, mesmo com linguagem severa, fazê-los reconhecer que não têm direito ao título. “Disparate”, “arrogância” são expressões inteiramente justificadas

face a tal pretensão. Seria absurdamente arrogante se um músico exigisse o nobre título de realização científica para sua música ou um poeta para sua poesia. Richard Wagner tinha muita autoconfiança, mas nunca se empolgou a ponto de exigir isso. Assim, devemos chamar também de absurdamente arrogante se, como Schelling e Hegel realmente fizeram, o mérito da realização científica fosse reivindicado por seus produtos de prosa artística, para usar a expressão de Lasaulx (Brentano, 2022c, p. 517).

Dessa forma, Brentano compreende que, embora o brilhantismo e diligência de tais homens, um dia chamados de filósofos, devam ser louvados, não devem ser honrados como filósofos ou pesquisadores científicos. “Suas obras, julgadas enquanto filosóficas, devem ser absolutamente, sem reservas, do começo ao fim, condenadas como completamente inúteis” (Brentano, 2022c, p. 518).

Para Brentano, é necessária a aplicação de um método empírico e cientificamente orientado em qualquer campo onde se queira obter real conhecimento. Foi assim com Galileu, Newton, Lavoisier e Linnaeus (Brentano, 2022c, p. 518). E para aqueles que concordassem que do método filosófico anterior nada mais pudesse germinar, mas que mesmo assim não estivessem suficientemente convencidos de que o método empiricamente orientado deveria ser adotado como um substituto promissor, Brentano relembra o seguinte:

- a) Lavoisier, em seu *Tratado elementar de química*, afirma que esse é o método que as crianças seguem com êxito e do qual, paradoxalmente, os pesquisadores se afastam;
- b) Muitos dos resultados de Aristóteles nos campos da lógica e psicologia são tão incontestáveis quanto no campo da zoologia;
- c) Newton, em uma trajetória bem-sucedida em resultados, repetia cada vez de forma mais enfática: *hipotheses non fingo* (“não invento hipóteses”), chamando atenção ao fato da necessidade de uma pesquisa empiricamente orientada.

Por esses motivos, Brentano compreende que o procedimento da filosofia não apenas pode ter sucesso se fundamentado em um método empiricamente orientado, mas que esse é o único caminho.

E já que chegamos a essa convicção: qual é o resultado do valor inerente dos métodos de pesquisa que comparamos, aqueles da nossa filosofia atual e os dos pensadores outrora tão elogiados? Não escondo a inegável conclusão resultante. Nossos esforços de pesquisa são infinitamente mais inerentemente valiosos que precisamente essas especulações. Engajamo-nos na renovação da filosofia como ciência, eles representaram um estágio de declínio máximo (Brentano, 2022c, p. 521).

É notória a contundência com a qual Brentano analisa a situação da filosofia em seu tempo. Já adiantamos o quanto o reconhecimento da decadência da filosofia se fundamenta em raízes mais profundas do que um mero diagnóstico. Portanto, para uma compreensão adequada da filosofia brentaniana, faz-se necessário compreender a maneira como Brentano enxerga não somente a história da filosofia, mas sobretudo a filosofia da história.

2.3 Brentano e a teoria das quatro fases

Em 1867, Brentano expõe pela primeira vez, no ensaio *História das Ciências Eclesiásticas*, publicado no segundo volume da *História da Igreja*, de Johann Adam Möhler, a sua teoria das quatro fases da filosofia. Algo no qual ele vinha trabalhando desde o início da década de 1860. O pano de fundo que motiva Brentano a elaborar essa teoria, principalmente no início de sua concepção, se estabelece sobre a sua frustração com o estado da filosofia em seu tempo – mais especificamente com a filosofia especulativa do idealismo alemão e sua respectiva influência – e com a identificação dessa crise como sendo o último estágio de declínio da filosofia que antecederia uma iminente restauração. Posteriormente, Brentano apresenta essa teoria em seus cursos realizados em Viena nos anos de 1878, 1880 e 1883, assim como em uma conferência de 1894 organizada pela *Sociedade Literária de Viena* e publicada em 1895 sob o título *As quatro fases da filosofia e seu estado atual*.

A teoria das quatro fases da filosofia de Brentano sofre mutações ao longo de seu desenvolvimento, sobretudo na relação de Brentano com as figuras de Aristóteles e Tomás de Aquino, além de levantar questionamentos de opositores acerca de sua acuracidade¹², discussões que se encontram para além dos objetivos desta pesquisa. Todavia, no que se refere ao desenvolvimento da filosofia enquanto ciência e sua necessária fundamentação na experiência, a teoria das quatro fases da filosofia apresenta uma constância de sua concepção até o seu amadurecimento. Em relação às críticas do retrato brentaniano da filosofia da história a partir de suas peculiares caracterizações, seguimos Mezei e Smith (1998, p. 33) ao afirmarem que a teoria brentaniana como um

¹² Cf. Mezei; Smith, 1998, p. 24-27

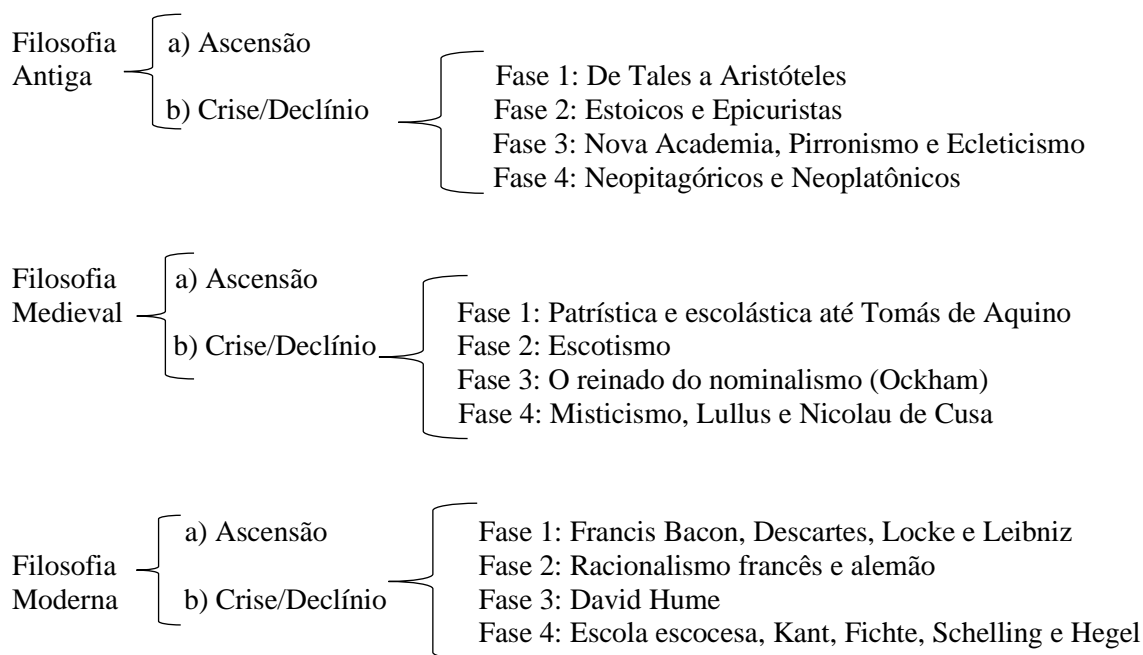
todo pode ser entendida como uma tese sobre a metodologia da filosofia, assim como formulada no contexto da história da filosofia.

Em linhas gerais, conforme apresentado em sua publicação mais tardia: *As quatro fases da filosofia e seu estado atual*, Brentano identifica uma certa regularidade na história do desenvolvimento da filosofia, não apenas em sua divisão clássica dos períodos antigo, medieval e moderno, mas sobretudo no desenvolvimento orgânico intrínseco a cada um desses períodos, mas não exatamente exclusivo a nenhum deles. Na concepção brentaniana, isto implica que, dentro de cada um desses períodos histórico-filosóficos, é possível identificar fases alternadas de ascensão e declínio da filosofia, e mais relevante ainda, essas fases são dispostas de forma ordenada, de modo que o mesmo ciclo é identificado em cada um dos períodos, assim como em suas transições. Brentano enxerga, portanto, quatro fases subsequentes em cada um dos períodos histórico-filosóficos (Brentano, 1988, p. 5-6).

A primeira fase, considerada ascendente, é descrita por Brentano por uma dupla característica: 1) um interesse teórico vivo e puro cuja materialização pode ser identificada na atitude grega de espanto (*θαυμάζειν, thaumazein*) perante a realidade e 2) um método “conforme a natureza” (*naturgemäß*), isto é, um método essencialmente apropriado à natureza do seu objeto. A segunda fase, considerada como o primeiro estágio de declínio, é caracterizada por aquilo que Brentano compreende como o enfraquecimento ou distorção do interesse científico. O interesse teórico gradativamente dá lugar a um interesse prático, o que faz com que o interesse teórico genuíno perca em rigorosidade e consciência metódica, resultando em uma ênfase na difusão do pensamento filosófico em detrimento de sua profundidade. A terceira fase, considerada como o segundo estágio de declínio e, portanto, conseqüente deterioração, tem por característica o irrompimento daquilo que Brentano denomina “um tipo de revolução espiritual” (*Art geistiger Revolution*) que culmina no ceticismo. Nesse momento, o que era científico torna-se progressivamente menos científico e, na mesma medida, fazendo com que a ciência perdesse a sua credibilidade. Conseqüentemente, era negada à razão a capacidade de qualquer conhecimento seguro. A quarta fase, considerada como o terceiro e último estágio de declínio, é descrita como uma reação ao ceticismo que, no entendimento de Brentano, apoiado sobre a máxima aristotélica de que “todos os homens, por natureza, tendem ao saber” (famosa passagem de *Metafísica I*, 980a), faz com que o anseio humano pelo conhecimento não se contente com os resultados alcançados pelo ceticismo, mas antes procure superá-los mediante o estabelecimento de dogmas. Exatamente aqui

encontra-se o problema, pois, conforme Brentano, o “entusiasmo patologicamente intensificado” leva as pessoas à construção de dogmas filosóficos que se valem, além dos métodos naturais empregados na primeira fase, de novos métodos elaborados sobre meios antinaturais de obter conhecimento, baseando-se em “princípios” desassociados de qualquer fundamentação empírica da realidade.

A estrutura proposta por Brentano pode ser esquematizada da seguinte forma:



Em seu tempo, Brentano enxergava-se não meramente como um espectador passivo dos acontecimentos, mas sentia-se impelido a contribuir de forma pessoal e decisiva (Antonelli; Boccaccini, 2021, p. 51). Obviamente que tal contribuição não poderia se estabelecer sobre outras bases que não aquelas características dos períodos de ascensão da história da filosofia, isto é, uma filosofia empírica e cientificamente orientada, cuja tônica da experiência se encontrava em ninguém menos que o próprio Aristóteles.

A teoria de Brentano da história da filosofia é baseada sob a ideia de que a filosofia é uma ciência e que o método da filosofia é idêntico ao método das demais ciências. A filosofia é uma ciência por duas razões. Primeiro: tem um objeto determinado, que é, na visão de Brentano, a estrutura e função da cognição humana. Segundo: tem um método determinado que, de forma alguma, é diferente do método das demais ciências, tanto no que diz respeito à sua coerência lógica e rigor, como no que diz respeito à necessária clareza de suas formulações (Mezei; Smith, 1998, p. 2).

Claro está que Brentano enxergava a filosofia como ciência e, por esse motivo, a característica fundamental das fases de decadência da história da filosofia é o distanciamento do método científico. Além disso, conforme destacado na passagem acima, a filosofia não tem por objetivo estabelecer um novo método científico, mas antes se utiliza do mesmo método das demais ciências. A esse respeito é necessário considerar alguns pontos importantes.

2.3.1 A 4ª tese de habilitação

Em 1866, como um dos critérios para obter a sua *venia legendi*, Brentano submete 25 teses de habilitação à universidade de Würzburg, defendidas ao modelo escolástico de *disputatio*. Trata-se de 25 enunciados cobrindo os seguintes temas: problemas metodológicos (1-4), problemas metafísicos (5-11), questões psicológicas (12-15), lógica e filosofia da linguagem (16-21), ética (22-23) e estética (24-25). De todas as teses defendidas por Brentano, uma em especial será contestada tanto pelos seguidores de Schelling (Brentano, 2022c, p. 503), que se valiam do método especulativo, quanto pelo historicismo de Dilthey (Brentano, 2022d, p. 526). Trata-se da tese de número 4: “O verdadeiro método da filosofia não é outro que o da ciência natural” (Brentano, 2022b, p. 433). Se, por um lado, os defensores do método especulativo se opunham a essa tese porque ela submete o domínio da razão (com pretensão de caráter absoluto) à ciência (compreendida como de caráter contingente e, portanto, inferior), o historicismo de Dilthey a rejeita por unir aquilo que, em sua visão, de maneira necessária, precisa ser distinguido, uma vez que Dilthey defende que o papel das ciências naturais é o de fornecer uma explicação da realidade (*Erklären*), enquanto o objetivo das ciências do espírito é o de compreendê-la (*Verstehen*).

Considerando que, de maneira geral, o conceito de ciência para Brentano e sua necessidade de fundamentação na experiência são uma constante em todos os seus trabalhos (Brito, 2015, p. 41), podemos encontrar respostas de Brentano tanto ao método especulativo (*Sobre a filosofia de Schelling*, 1866), que, conforme exposto anteriormente, não pode requerer para si o *status* de científico, dada a sua fragilidade metodológica – o que, por sua vez, resulta em incredulidade sobre os seus resultados –, quanto àqueles que se opõem à transposição do método das ciências naturais ao método das ciências do espírito (*Sobre o futuro da filosofia*, 1893). Vale explicitarmos, de maneira sintética, a

resposta de Brentano a essa última objeção de modo que também seja possível esclarecer a motivação que leva Brentano a defender tal tese, bem como suas implicações.

Em março de 1892, Brentano realiza uma conferência a convite da *Sociedade Filosófica da Universidade de Viena*, cujo conteúdo apresentava uma crítica da palestra inaugural de Adolf Exner como reitor da Universidade de Viena, proferida em outubro de 1891. Nessa palestra, Exner havia tratado do famoso problema da transposição do método das ciências naturais ao método das ciências do espírito, argumentando contra a sua viabilidade e colocando-se ao lado de uma ruptura metodológica entre ambos os campos de conhecimento. De maneira geral, a posição defendida por Exner era similar à de Dilthey, uma das principais figuras desse debate. De acordo com Brentano (2022d, p. 539-549), a argumentação de Exner pode ser essencialmente apresentada em quatro pontos principais, sendo os dois primeiros argumentos dedutivos e os dois últimos de verificação empírica:

1. As ciências naturais, consideradas sobre a aplicação paradigmática da mecânica, se voltam para as leis fundamentais da natureza, deduzindo, a partir destas, leis secundárias e conseqüentemente explicando fenômenos específicos. Tal aplicação torna-se impossível na área da moral e da sociedade, uma vez que seus fenômenos não possuem a mesma exatidão, por serem infinitamente mais delicados, e ramificam-se mais profundamente;
2. Os fenômenos das ciências do espírito são históricos enquanto os fenômenos naturais não possuem essa característica. Portanto, o verdadeiro método sociológico, em oposição ao método científico-mecânico, é o método “político-histórico”;
3. Historicamente, é possível associar a mais alta cultura da ciência natural com a mais profunda ignorância política, assim como a mais avançada cultura política com a mais atrasada condição da ciência natural. Exemplos disso são o desenvolvimento político da Roma Antiga e o desenvolvimento científico do século XVIII. Isso resulta da diferença entre o método da ciência natural e o método sociopolítico, uma vez que as formas habituais de se pensar em uma área mostram-se desvantajosas em outra;
4. O racionalismo político do século XVIII, a partir da influência do *way of thinking* da ciência natural, mostra-se visivelmente nocivo mediante os erros políticos daquele tempo, uma vez que visava a soluções absolutas e universalmente válidas.

A seguir resgataremos, de forma muito sucinta, as respostas de Brentano a esses quatro pontos. Todavia, vale já destacar que, naquilo que se relaciona aos dois primeiros argumentos, é mediante as características de “exatidão” e “historicidade” (ou suas respectivas ausências) que Exner pretende delimitar as ciências da natureza das ciências do espírito. Enquanto característico às primeiras são “exatidão” e “não historicidade”, às últimas são “inexatidão” e “historicidade”.

Brentano (2022d, p. 541-547) se opõe, em todos os pontos, tanto à perspectiva de Exner quanto à fundamentação que a sustenta. Contra o argumento 1), ele alega que, a despeito de os fenômenos das ciências humanas serem realmente complexos, assim como a multiplicidade de suas variáveis de difícil mapeamento, isso não legitima tal característica como distintiva entre ciências naturais e ciências do espírito, uma vez que diferentes campos das ciências naturais se deparam com a mesma dificuldade no que se refere à “exatidão” de seus fenômenos. Brentano elenca alguns exemplos como: a) a inviabilidade de medição das causas meteorológicas, b) a cristalização de distintos compostos químicos que, apesar de possuírem o mesmo tipo de matéria, apresentam variações de resultados a depender das condições às quais são submetidos, c) a dificuldade de compreensão do desenvolvimento de uma célula viva cuja construção, a despeito de ela pertencer ao campo das leis físico-químicas, não se compreende mediante tais leis, dentre outros exemplos. A argumentação de Brentano aqui é que todos esses campos do conhecimento, que estão sob o domínio das ciências naturais, apresentam igual ou até maior complexidade que os exemplos apresentados por Exner, o que invalida o critério de “exatidão” proposto.

A ciência natural de maneira alguma requer, como pressupõe o argumento, que tenhamos que proceder da mesma maneira, ou como nos casos mais simples da mecânica. Pelo contrário, a ciência natural nos ensina e treina a *ajustarmos nosso procedimento para corresponder à natureza específica dos objetos* e, às vezes, aumentar a nossa demanda, às vezes diminuí-la, com a finalidade de alcançar o maior sucesso renunciando aqui ao impossível a fim de alcançar o que é cientificamente possível (Brentano, 2022d, p. 542, grifo nosso)

Na concepção brentaniana, a maneira como a ciência natural se ajusta à natureza de seus respectivos objetos serve de paradigma àquilo que possa ser considerado como ciências do espírito, não havendo necessidade de distinção, senão uma verdadeira unidade metodológica no que diz respeito à compreensão do que seja ciência. É sobretudo com base nisso que Brentano (2022d, p. 542) afirmará: “A análise matemática, que é o meio primário de progresso em muitas áreas da ciência natural, portanto, não exerce

praticamente nenhum papel em outras áreas”. Ou seja, o próprio projeto de matematização da realidade que, desde o século XVI, exerce uma influência basilar, possibilitando a criação de um método científico a partir de uma fundamentação sólida e segura do conhecimento, apresenta-se como instrumento nada vital em outras áreas da ciência natural.

Brentano considera o argumento 2) sem significância, uma vez refutado o argumento anterior, e o classifica como *petitio principii*, isto é, não se trata de discutir se a sociologia pesquisa problemas similares ou diferentes daqueles da ciência natural, mas antes de saber se, a despeito dos diferentes tipos de problemas, um procedimento análogo pode ser bem-sucedido. Além disso, afirma que assumir a historicidade como característica distintiva entre fenômenos das ciências do espírito e da ciência natural é um erro, haja vista que os fenômenos naturais têm sua própria historicidade. Em sustentação a essa afirmação, Brentano traz exemplos sobre embriologia no estudo e observação dos diferentes estágios formativos dos organismos, a recorrência de doenças epidêmicas, dentre outros.

Contra o argumento 3), Brentano pontua que, se aquilo que Exner expressa é verdadeiro, logo, seria necessário identificar tal padrão ao longo de toda a história. No entanto, para Brentano, Exner apresenta apenas um exemplo para cada caso e os generaliza, enquanto, na verdade, não passam de casos isolados. Em oposição a Exner, Brentano afirma: “De fato, não somente em um mesmo povo, mas em um mesmo indivíduo, encontramos eminente aptidão para a pesquisa científica natural juntamente com uma visão política de alto nível” (Brentano, 2022d, p. 544). Exemplos citados por ele são: Blaise Pascal, Gottfried Leibniz e Benjamin Franklin. O que, na visão de Brentano, é suficiente para demonstrar que os exemplos apresentados por Exner se resumem a generalizações infundadas. Ainda sobre a avaliação de Exner acerca de Roma, Brentano concorda que os romanos fundaram um império poderoso que subjuguou o mundo civilizado, assim como vastas terras bárbaras de então, bem como mantiveram o poderio sobre estas através dos séculos, e que nesse sentido eles se excederam aos gregos. Todavia, ele pontua que, se ampliarmos a esfera de avaliação para além dos critérios de crescimento e manutenção do poder, como aqueles relacionados à estabilidade do Estado, sobretudo na tarefa de promover a alegria e aperfeiçoamento de seus cidadãos, veremos que, mesmo no ápice do seu desenvolvimento, o Estado romano estava longe de ser considerado como um Estado ideal ao nos lembrarmos das inúmeras guerras sanguinárias, guerras civis, injustiças e tirania que marcam esse período. Desse modo, para Brentano,

ao levarmos em consideração tanto critérios extrínsecos quanto intrínsecos ao domínio das nações, a república de Atenas está muito mais próxima de um modelo ideal de Estado que o império romano.

Contra o argumento 4), Brentano questiona o que Exner pensava a respeito de Leibniz, Frederico II da Prússia, Adam Smith, Edmund Burke e George Washington, que, em sua visão, representavam grandes pensadores políticos do século XVIII. Para Brentano, Exner volta a sua atenção apenas à Europa e, na Europa, apenas para a França do início do século, o que seria um retrato muito enviesado da realidade política do século XVIII. Embora Brentano reconheça os erros pontuados por Exner, entende que não é justo julgar uma sociedade inteira com base em alguns erros. Sobre o alegado prejuízo por Exner da aplicação do método das ciências naturais na política, Brentano afirma que o erro não foi a tentativa da aplicação, mas o fato de não conseguir efetivamente realizá-la, e isso por não conseguirem adequar a natureza do método ao objeto em questão. Brentano afirma também que Exner supervaloriza a produção científica do século XVIII e, para isso, menciona: a) a ausência de avanços sobre a entropia no campo da física, b) a presença apenas dos primórdios da química, c) a ausência de uma fundamentação científica da fisiologia, dentre outros, destacando que tais relevantes avanços foram consolidados somente no século XIX.

A reivindicação de Brentano sobre o método da filosofia ser não outro que o das ciências naturais – o que, em um primeiro momento, poderia dar a impressão da necessidade de uma instrumentalização de estudos experimentais na filosofia – é, em verdade, uma defesa da pluralidade de procedimentos – justificavelmente científicos – que se ajustem aos seus respectivos objetos. Portanto, a unidade que confere cientificidade à pesquisa não se baseia na invariabilidade de seu proceder, antes naquilo sob o qual o procedimento adotado se fundamenta. Em última instância, a experiência (sobretudo em sentido aristotélico) é esse fundamento (Brentano, 2022e, p. 489; Porta, 2014, p. 13). A pesquisa científica deve ser empiricamente orientada, deve ocorrer de maneira gradual e visar a êxitos concretos que, ainda que modestos, sejam resultados do avanço no esclarecimento dos principais problemas da área, bem como na gradual superação de seus obstáculos (Curvello, 2021, p. 664). Esse, portanto, é o núcleo daquilo que Brentano compreende como o método das ciências naturais.

Se considerarmos a maneira habitual de empregar a palavra “método”, seu significado é facilmente assimilado ao de, digamos, uma “forma concreta de conduzir uma investigação”, uma “série de passos práticos que alguém deve

tomar com a finalidade de entender algo corretamente” [...] Mas Brentano não aborda essa compreensão banal da palavra quando ele fala do método da ciência natural. [...] Esse é o significado de “método da ciência natural” na quarta tese de habilitação: o fundamento unitário de toda prática científica e não a diversidade de seus procedimentos concretos (Curvello, 2021, p. 673).

2.4 A influência do positivismo comteano em Brentano

Se, por um lado, a filosofia aristotélico-tomista tem influência expressamente reconhecida por Brentano em sua obra, sobretudo a partir do interesse renovado em estudos aristotélicos da tradição germânica do século XIX, com destaque para a participação do professor de Brentano, Adolf Trendelenburg, por outro, juntamente com o empirismo de John Stuart Mill, o positivismo do filósofo francês Auguste Comte, exerce grande influência no pensamento brentaniano (Brito, 2015; Münch, 1989; Porta, 2014; Tănăsescu, 2022). Certamente que tais influências não são sem reservas, principalmente naquilo que, mais especificamente, se relaciona a Mill e Comte¹³. Algumas delas serão destacadas mais adiante. De todo modo, o que importa esclarecer aqui é a recepção da filosofia positiva pelo jovem Brentano, uma vez que este se apropria daquela em seu projeto de consolidação de uma filosofia científica.

Em 1869, Brentano publica o artigo *Auguste Comte e a filosofia positiva* no qual realiza uma apresentação crítica da filosofia positiva, assim como elaborada e apresentada por Comte em seu *Curso de filosofia positiva*. Logo no início de seu artigo, Brentano afirma que Comte se propõe a uma dupla tarefa de vida: a fundação de uma Filosofia Positiva e a fundação de uma Sociologia Positiva (Brentano, 2022f, p. 365). É exatamente a primeira que chamará a atenção do jovem Brentano e que se manterá como tônica do seu modo de fazer filosofia em toda a sua obra:

A palavra Filosofia, diz Comte, eu a emprego no sentido que ela teve entre os Antigos, mais especificamente em Aristóteles – ela designa para mim o sistema geral dos pensamentos humanos. No que acrescento, no entanto, a palavra “positiva”, quero aludir ao fato de que me dedico àquele modo de filosofar que considera ser o objetivo da pesquisa, seja no domínio de conhecimento que for, nada além da concatenação (*Verknüpfung*) dos fatos observados (Brentano, 2022f, p. 366).

A conhecida doutrina do positivismo comteano alega haver três sistemas gerais que abarcam a totalidade dos fenômenos da realidade, no entanto, que se excluem

¹³ Acerca de importantes diferenças de Brentano em relação a Mill e Comte, Cf. Porta 2020a, p. 17.

mutuamente. O primeiro é concebido como o ponto de partida necessário para o entendimento humano; o último como o ápice de sua realização, enquanto o intermediário como a mera passagem entre ambos. Trata-se das fases *teológica*, *metafísica* e *positiva*, segundo as quais, na visão de Comte, se reduz todo o domínio de pesquisa do conhecimento humano. A fase *teológica* ou *ficcional* é caracterizada pelo direcionamento do espírito humano em suas pesquisas para a natureza interior das coisas, isto é, em termos aristotélicos, suas causas eficientes e finais, visando com isso ao conhecimento absoluto. A fase *metafísica* ou *abstrata* é essencialmente a modificação contínua da primeira, os seres pessoais dão lugar aqui a forças abstratas que, uma vez tornadas entidades (*Entitäten*) reais, habitam nas coisas do mundo, sendo as responsáveis pelos fenômenos observados. A fase *positiva* ou *científica* tem por particularidade o reconhecimento do espírito humano sobre a *impossibilidade de chegar a conhecimentos absolutos*. Nessa fase, a pesquisa sobre a origem e a finalidade do mundo é abandonada, assim como o conhecimento das causas internas dos fenômenos se concentrando na descoberta das *leis fixas dos fenômenos*, isto é, *de suas relações inalteráveis de sucessão e similaridade* (Brentano, 2022f, p. 367-368). Utilizando o próprio texto de Comte (como faz frequentemente ao longo de todo esse ensaio), Brentano realiza a seguinte caracterização da filosofia positiva:

Após esse breve olhar à lei do desenvolvimento da pesquisa humana é agora fácil determinar a *natureza peculiar da ciência positiva*. Vemos a partir do que foi dito que o seu caráter fundamental consiste em considerar todos os fenômenos como subordinados a leis naturais inalteráveis. A identificação precisa das mesmas e a sua recondução a um número tão baixo quanto possível são para o pensador positivo a finalidade de todos os seus esforços. Em contraposição, *parece-lhe ser inteiramente infrutífera e sem sentido a investigação daquilo que chamam causas*, sejam elas eficientes ou finais (Brentano, 2022f, p. 372-373, grifo nosso).

Fica evidente, portanto, a delimitação do projeto científico do positivismo comteano, que, diferentemente do método especulativo, preocupa-se com a análise e investigação acerca dos fenômenos em detrimento das suas causas. Brentano destaca um claro exemplo (também utilizado por Comte) dessa abordagem mediante a lei de gravitação de Newton¹⁴, que se, por um lado, apresenta uma imensurável pluralidade de fatos astronômicos como um único, considerado a partir de diferentes perspectivas, por outro, trata esse fato geral como uma simples expansão de um fenômeno muito familiar:

¹⁴ Isto é: os corpos que possuem massa se atraem em proporção direta de suas massas e em proporção inversa do quadrado de suas distâncias.

o peso dos corpos na superfície da Terra. Logo, não há aqui intenção alguma em explicar o que sejam a atração ou o peso em si mesmos, nem as causas que os fazem interagir, antes identificar as leis mediante as quais os fenômenos possam ser descritos de modo objetivo pelas relações regulares de sucessão e similaridade. “Isto é, então, a ciência. E de acordo com isso e desse modo ela pesquisa, quando o faz como tem de fazer” (Brentano, 2022f, p. 373). Münch (1989, p. 38-39) ressalta que a ideia de que a ciência lida com fenômenos não leva Comte a um conceito de ciência empírica como um acúmulo de fatos aos moldes de Bacon, mas que o positivismo, assim como concebido por Comte, está tão distante do empirismo quanto do misticismo. Nesse sentido, a verdadeira ciência não é aquela que simplesmente realiza observações, o característico da pesquisa positiva é *voir pour prévoir*, isto é, o objetivo primário da ciência positiva está voltado para a identificação de leis gerais que expressem a regularidade dos fenômenos em questão.

Algo que precisa ser esclarecido aqui (e que o próprio Brentano expressamente afirmará) é a distinção do conceito de fenômeno em Kant e Comte. Se Kant estabelece o conceito de fenômeno a partir da viabilidade do conhecimento deste em oposição à viabilidade do conhecimento do real como resposta ao ceticismo de David Hume, Comte compreende o fenômeno como de maneira distinta. A seguinte passagem apresenta nitidamente a visão de Brentano acerca das diferenças entre um e outro:

Nós nos enganaríamos se quiséssemos pensar no “*phénomène*” de Comte como se fosse um φαίνόμενον kantiano – um aparecimento por trás do qual estivesse oculto em um esconderijo insondável, o νοούμενον [sic], a coisa-em-si. [...] Comte toma “fenômeno” com frequência exatamente como sinônimo da expressão “fato”, como, e.g., quando ele disse “a explicação dos fatos (*faits*) é, para o pensador positivo, nada além da produção da conexão entre os diferentes fenômenos (*phénomènes*) particulares e alguns fatos (*faits*) gerais”. Comte não partilha em absoluto da opinião de Kant segundo a qual não poderíamos chegar de modo algum a conhecimentos reais. A existência de coisas e, mais precisamente, de uma pluralidade de coisas – pois Kant também sustenta, a despeito das consequências, que exista algo fora dos fenômenos – é para ele indubitável. Também que às coisas pertençam tamanho e forma, lugar, tempo e movimento e, a alguma delas, pensamento e sensação, ele está bem longe de contestar (Brentano, 2022f, p. 374-375).

Portanto, na visão de Brentano, se, por um lado, Comte de fato nega um conhecimento absoluto da diversidade dessas determinações, por outro, ele não elimina o conhecimento relativo como um conhecimento factual e real. Desse modo, diferentemente de Hume, Comte não nega a existência das causas, mas alega apenas a incapacidade de conhecê-las. Embora Brentano reconheça haver, por parte de Comte, certa ambiguidade associada a uma ausência de defesa em todos os sentidos dessa

afirmação, ainda assim mantém que “Ele adere não menos do que outros à tese de que nada que aconteça pode prescindir da causa eficiente. Em algo, em alguma coisa reside também, de acordo com ele, a cada vez, o princípio eficiente” (Brentano, 2022f, p. 376). Certamente que não podemos ignorar o contexto no qual Brentano faz essas afirmações, o seu interesse a partir disso é mostrar que não há incompatibilidade entre a filosofia positiva e a pesquisa teológico-metafísica, isto é, em última instância sobre a existência de Deus (e, posteriormente, sobre a existência e imortalidade da alma como objetivo de trabalhos futuros). No entanto, isso não nos impede de chamar atenção ao fato de que, para Brentano, o fenômeno tem existência real em si, não sendo uma mera manifestação de algo a que não se tenha acesso.

2.5 Brentano e a *Psicologia do ponto de vista empírico*

Por volta de 1872, Brentano inicia os seus trabalhos naquilo que ficaria conhecido como a sua *Magnum Opus* e que seria publicada em 1874¹⁵. Essa obra é não somente um marco na produção de Brentano, mas também em todo o desenvolvimento daquilo que é denominado *a escola de Brentano*. A *Psicologia do ponto de vista empírico* (doravante PES), em seu projeto original, consistia em seis livros: o primeiro trataria a psicologia enquanto ciência, o segundo abordaria os fenômenos psíquicos em geral, os três seguintes tratariam de cada uma das três classes de fenômenos psíquicos definidas por Brentano, enquanto o último se ocuparia da persistência da vida psíquica após a destruição do corpo. Dos seis, somente os dois primeiros foram publicados.

O objetivo programático da obra, ilustrado no *prefácio*, era o de desenvolver uma nova psicologia científica capaz de assegurar uma refundação da filosofia, superando a crise dos fundamentos em que ela se debatia. Daí o sentimento de confiança, a convicção de que a psicologia era uma ciência *em construção*, ainda por construir, mas para a qual já se percebiam os sinais de um desenvolvimento frutífero e o pedido de fazer no campo da psicologia o que outras ciências já há muito tempo haviam alcançado, isto é, estabelecer um núcleo de verdades aceitáveis às múltiplas e divergentes direções da ciência psicológica contemporânea, sobre as quais, progressivamente, seria possível enxertar desenvolvimentos sempre novos (Antonelli; Boccaccini, 2021, p. 80, grifos dos autores).

¹⁵ Para uma contextualização das motivações que teriam levado Brentano a empreender-se em um projeto sobre psicologia, cf. Antonelli; Boccaccini, 2021, p. 72-78.

Logo, esse programa é mais bem compreendido à luz do panorama mais amplo da filosofia alemã de então, assim como da necessidade cada vez mais crítica de uma fundamentação cientificamente sólida para a psicologia, conforme apresentado na primeira parte desta pesquisa.

O objetivo de Brentano com a PES¹⁶ é duplo: garantir o *status* de ciência à psicologia e, a partir disso, torná-la autônoma perante as demais disciplinas científicas. No entanto, com o termo “psicologia”, Brentano não quer significar a disciplina acadêmica como a concebemos hoje, isto é, uma ciência que se dedica ao estudo do comportamento humano determinado por processos mentais conscientes e inconscientes. A utilização de Brentano do termo “psicologia” refere-se antes a uma ciência dos fenômenos psíquicos, ou seja, está mais aderente a uma filosofia dos fenômenos psíquicos do que a uma psicologia em sentido estrito. “Sua teoria da vida psíquica é na verdade uma epistemologia e uma filosofia da psicologia e, ao mesmo tempo, mesmo que apenas em parte, o que se entende hoje por ‘filosofia da mente’” (Antonelli; Boccaccini, 2021, p. 82). É preciso levar em consideração que o projeto mais amplo de Brentano com a PES implica fundamentar a psicologia enquanto ciência para, em última instância, alcançar o seu objetivo de uma refundamentação empírica da metafísica. Exatamente por esse motivo e em consonância com o método psicológico, ele considerará a psicologia como a disciplina básica da filosofia, tendo por fundamento o princípio de imanência conforme indicado anteriormente e explicitado mais claramente a seguir. Certamente que, em trabalhos posteriores à PES, Brentano fará uma distinção mais clara (o que na PES fica implícito) entre a psicologia descritiva, cujo objetivo visa à classificação dos fenômenos mentais em diferentes tipos e à análise de suas relações estruturais, e a psicologia genética, que lida com o desenvolvimento ao longo do tempo e as condições causais da vida interior, o que, por sua vez, requer a referência a processos fisiológicos (Seron, 2017, p. 36). De todo modo, na PES, há uma ênfase muito maior no aspecto filosófico da análise, isto é, em uma psicologia descritiva (Simons, 1995, p. xv).

O pano de fundo do projeto de Brentano no estabelecimento de uma psicologia como ciência empírica se constitui tanto em sua revolta contra o idealismo alemão e o método especulativo, o que, por um lado (mas não exclusivamente por isso), o levará à necessidade de delimitação entre psicologia e metafísica, quanto pela busca por um fundamento de conhecimento filosófico empiricamente orientado. A isso adiciona-se o

¹⁶ Todas as referências à PES citadas adiante são compostas pelo título abreviado da obra, número do livro ou seção da tradução e página, com base na tradução inglesa.

objetivo de não apenas legitimar a psicologia enquanto ciência, mas sobretudo como ciência autônoma. Isso levará Brentano à necessidade de delimitação entre psicologia e fisiologia, uma vez que, com os recentes e efetivos avanços da fisiologia, muitos consideravam como necessária a redução da psicologia à fisiologia, o que ficará mais claro a seguir. Peter Simons (1995, p. xvi) ressalta que “o adjetivo ‘empírico’ no título do livro visa captar ambos os aspectos: por um lado a ausência de especulação metafísica, por outro o fornecimento de uma base experiencial firme”. Além do mais, é preciso levar ainda em consideração que, no mesmo ano de publicação da PES, Wilhelm Maximilian Wundt, notável e reconhecido fisiologista, psicólogo e filósofo dos dias de Brentano, publica o seu famoso *Fundamentos da psicologia fisiológica*, cujo objetivo, assim como o de Brentano, era fornecer uma fundamentação empírica da psicologia como ciência. Edward Titchener (1921, p. 110), psicólogo britânico discípulo de Wundt, caracteriza a aproximação entre Wundt e Brentano nos seguintes termos:

- a) Ambos concordam que a psicologia ocupa um lugar de alta importância entre as ciências e que é logicamente anterior à ciência natural;
- b) Ambos concordam que se pode dispensar o conceito de substância e limitar-se a uma explicação dos fenômenos;
- c) Ambos rejeitam o inconsciente como princípio de explicação psicológica;
- d) Ambos definem a unidade da consciência substancialmente nos mesmos termos.

Todavia, tais concordâncias que circunscrevem um universo de discurso comum são para Titchener, em grande parte, de caráter formal:

O ano de 1874 assistiu à publicação de dois livros que, como o evento mostrou, foram de primeira importância para o desenvolvimento da psicologia moderna. Seus autores, já em plena maturidade de vida, eram homens de sólida reputação; inflamados como investigadores pelo zelo da pesquisa; dotados como professores de um poder bastante excepcional para influenciar as mentes mais jovens; preparados como polemistas para cruzar espadas com um Zeller ou Helmholtz. No entanto, alguém procuraria em vão por qualquer sinal de parentesco mais próximo entre eles; dificilmente, de fato, alguém poderia encontrar uma divergência maior, seja de tendência ou de treinamento. A psicologia, vendo o quanto seus trabalhos e exemplos asseguraram-na um lugar entre as ciências, pode alegremente confessar sua dívida para com ambos. O estudante de psicologia, embora sua dívida pessoal seja dupla, ainda deve fazer a sua escolha por um ou outro. Não há meio-termo entre Brentano e Wundt (Titchener, 1921, p. 108).

Isso se justifica na medida em que são explicitadas as origens mais profundas dos projetos de psicologia de ambos. Enquanto, para Titchener (1921, p. 109), Brentano chega

à psicologia a partir de seus aprofundados estudos aristotélicos do *De Anima* e faz do método aristotélico o seu padrão de procedimento científico, Wundt chega à psicologia a partir dos estudos fisiológicos do sistema nervoso. Em linhas gerais, portanto, a psicologia de Brentano estaria mais preocupada com a argumentação, enquanto a preocupação de Wundt seria, essencialmente, de descrição¹⁷ (Titchener, 1921, p. 111). O fato de que Brentano estabelece uma *psicologia descritiva* a partir de uma análise fenomenológica em nada se opõe à caracterização aqui feita por Titchener.

Portanto, para cumprir o objetivo a que se propõe, Brentano precisará estabelecer, de maneira clara e distinta, quais são o método e o objeto de uma psicologia empiricamente orientada e, portanto, legitimamente científica.

2.5.1 O método da psicologia

Vimos anteriormente que, para Brentano, o método de uma filosofia verdadeiramente científica não pode ser outro que o método da ciência natural, assim como que a psicologia é a disciplina básica da filosofia. Tais afirmações, conseqüentemente, nos levam a compreender que o método da psicologia não pode ser outro que o método da ciência natural. Vimos também que a grande novidade de Brentano em relação ao método psicológico consiste na sua assimilação do princípio de imanência como característica fundante da sua filosofia e psicologia (algo que explicitaremos de maneira mais clara a seguir), assim como que a ciência natural lida com fenômenos, isto é, com fatos que se vinculam a leis gerais. Todos esses elementos nos dão condições de seguirmos adiante. Desse modo, iniciaremos pelo esclarecimento acerca do conceito e propósito da psicologia.

2.5.1.1 O esvaziamento ontológico do cogito

De Aristóteles a Wolff, a psicologia foi majoritariamente vista como a ciência da alma. Sendo a alma a substância sob a qual todos os fenômenos psíquicos são unificados e ordenados. Obviamente que essa compreensão se fundamenta em uma concepção metafísica do que seja essa substância supraempírica. No entanto, as conhecidas críticas

¹⁷ Titchener (1921, p. 110-113) cita alguns exemplos em sustentação a esse argumento, dentre eles: o quanto Brentano se ocupa na explicitação do método da psicologia e, sobretudo, na distinção entre observação interna e percepção interna, fazendo menção apenas ocasional ao trabalho de Fechner, enquanto em Wundt se percebe exatamente o movimento contrário.

de Hume e Georg Christoph Lichtenberg incendiaram as discussões acerca da existência da alma, sobretudo no contexto austríaco e alemão do século XIX:

De minha parte, quando entro mais intimamente naquilo que denomino *eu mesmo*, sempre tropeço em uma ou outra percepção particular, de calor ou frio, luz ou sombra, amor ou ódio, dor ou prazer. Eu nunca consigo apanhar a *mim mesmo*, em qualquer momento, sem uma percepção, e nunca consigo observar nada além da percepção (Hume apud Textor, 2021, p. 45, grifos do autor).

Nós conhecemos somente a existência de nossas sensações, representações e pensamentos. *Penso*, deveríamos dizer, assim como dizemos: *Relampeja*. Já é demais dizer *cogito* se o traduzirmos por *eu penso*. Assumir o *eu*, postulá-lo, é uma necessidade prática (Lichtenberg apud Textor, 2021, p. 46, grifos do autor).

Hume e Lichtenberg, portanto, lançam desafios a posições que sustentem uma concepção metafísica da alma enquanto substância, uma vez que, para eles, tal postulação não é verificável e, por conseguinte, não é necessária. Para Hume, o pronome pessoal da primeira pessoa do singular, em verdade, caracteriza não uma substância simples, mas, antes, meramente um conjunto de percepções. Lichtenberg vai ainda além, ele propõe: a) a extinção da utilização do pronome pessoal em função do respeito aos fatos da consciência, b) justifica que a utilização do pronome pessoal está vinculada a uma necessidade (*Bedürfnis*) prática fundamentada em uma crença, c) contra Descartes, ressalta que a consciência do fato do pensamento não justifica a postulação de um *eu* que pensa, afinal, o que se percebe é apenas o pensamento, não o *eu*. O resultado desse movimento é que o termo “alma” perdia toda e qualquer referência, o que, por sua vez, tornava a psicologia uma ciência sem objeto.

Friedrich Albert Lange (que contribuiu com a psicologia empírica em oposição à psicologia metafísica), recebe e articula o problema elaborado por Hume e Lichtenberg da seguinte maneira:

- a) Não se pode negar o fato de que não é justificável sustentar a existência da alma como uma substância sem recorrer a postulados metafísicos, logo, “alma” é um nome sem referência. Consequentemente, a psicologia torna-se uma ciência sem objeto;
- b) Embora a “alma”, como um termo singular, seja vazio de significado, isso não elimina o fato da existência de uma variedade de fenômenos cobertos pelo nome “alma” que ainda são dignos de serem investigados;

- c) Dizer que a psicologia é uma ciência que lida com fenômenos não cobertos completamente por outras ciências não é satisfatório, uma vez que a tornaria fragmentária e secundária;
- d) Resta, portanto, assumir uma “psicologia sem alma”, reconhecendo no termo “psicologia” o conjunto de fenômenos anteriormente atribuídos à alma que devem ser investigados.

Dessa forma, Lange estabelece a viabilidade e necessidade de investigação dos fenômenos psíquicos, a despeito da existência de uma substância que os unifique.

Brentano não somente conhecia essa discussão, mas expressamente se refere a ela. Ele cita tanto Hume (PES, I, p. 12) quanto Lange (PES, I, p. 8, 11, 12), assim como adiciona Fechner como alguém que endossa o abandono de uma substância para fenômenos psíquicos (PES, I, p. 13). No entanto, o projeto inicial da PES previa, em sua última parte, discorrer acerca da continuidade da existência da vida psíquica após a morte do corpo, temática que já se encontra em Brentano na sua tese de habilitação *A psicologia de Aristóteles: em particular sua doutrina do intelecto ativo*, assim como nas aulas que ministra no período em que lecionava em Würzburg. Isto é, fica claro que o projeto brentaniano visava, em última instância, não a uma ruptura, mas a uma conciliação entre metafísica e ciência. Nesse sentido, ele imediatamente afirma que, enquanto eminentes pensadores questionaram e negaram uma substância portadora dos fenômenos psíquicos, outros muito famosos cientistas firmemente a defenderam, a exemplo de Lotze, seguindo Aristóteles e Leibniz, assim como Herbert Spencer e John Stuart Mill (PES, I, p. 13). Todavia, a posição de Brentano parece, a uma primeira vista, enigmática:

Nada, portanto, permanece em nosso caminho se adotamos a definição moderna em vez de definir a psicologia como a ciência da alma. *Talvez ambas estejam corretas.* As diferenças que ainda existem entre elas são que a antiga definição contém pressupostos metafísicos dos quais a moderna está livre; que esta última é aceita por oposição de pensamento, enquanto a primeira já carrega a marca distintiva de uma escola particular; e uma, portanto, nos libera de pesquisas preliminares que a outra nos obrigaria a empreender. Consequentemente, *a adoção da concepção moderna simplifica o nosso trabalho.* Além disso, ela oferece uma vantagem adicional: qualquer exclusão de uma questão não relacionada não apenas simplifica, mas também reforça o trabalho [...] Nós, portanto, definimos a psicologia como a ciência dos fenômenos psíquicos, no sentido supracitado (PES, I, p. 13-14, grifos nossos).

Por um lado, torna-se clara uma certa aderência de Brentano ao problema da alma enquanto substância portadora dos fenômenos psíquicos, assim como descrito por Hume e Lichtenberg, por outro, é possível perceber a ambivalência com a qual ele trata a

concepção antiga de alma. No entanto, uma vez cientes de que Brentano de forma alguma é um pensador materialista, é preciso contextualizar o verdadeiro objetivo desse argumento nesse ponto: não se trata de uma defesa pela existência ou não existência da alma, antes pela consideração do quanto assumir uma substância portadora dos fenômenos psíquicos é imprescindível para definir que tipo de ciência é a psicologia (Textor, 2021, p. 52). É por esse motivo que, em um contexto de definição da psicologia enquanto ciência, Brentano opta pela concepção moderna.

2.5.1.2 O problema da observação interna

Uma vez definido que a psicologia é a ciência dos fenômenos psíquicos, explicita-se, por consequência lógica, mais sobre o seu objeto do que necessariamente sobre o seu método. Desse modo, tem-se aqui que explicitar o modo de acesso a esses fenômenos. Acerca disso, Brentano afirma:

A psicologia, assim como as ciências naturais, tem sua base na percepção e experiência. Acima de tudo, porém, sua fonte deve ser encontrada na *percepção interna* de nossos fenômenos psíquicos. Jamais saberíamos o que é um pensamento ou juízo, prazer ou dor, desejos ou aversões, esperanças ou medos, coragem ou desespero, decisões e intenções voluntárias, se não aprendêssemos o que são mediante a percepção interna de nossos próprios fenômenos. Observe, no entanto, que nós dissemos que a *percepção [Wahrnehmung]* interna e não a introspecção, i.e., *observação [Beobachtung]* interna, constitui essa fonte primária e essencial da psicologia. Esses dois conceitos precisam ser distintos um do outro. Uma das características da percepção interna é que ela nunca pode se tornar observação interna (PES, I, p. 22, grifos do autor).

Dois pontos precisam ser destacados aqui. Brentano, nessa passagem, afirma que o modo de acesso aos fenômenos psíquicos se dá mediante a percepção interna, e não somente isso, mas diferencia percepção (*Wahrnehmung*) interna de observação (*Beobachtung*) interna¹⁸. Para compreender a distinção que Brentano realiza, é necessário levar em consideração o debate acerca da viabilidade da análise dos fenômenos mentais mediante o método introspectivo.

Primeiramente, é preciso compreender que, para Brentano, a percepção interna é parte da consciência interna. Isto é, na medida em que experienciamos fenômenos psíquicos, nos tornamos conscientes desse fato, por exemplo, o ato de desejar algo já traz

¹⁸ Para uma crítica à distinção brentaniana, assim como apresentada na PES, cf. Textor, 2015.

implícito em si que estamos desejando. Brentano considera que essa percepção é *evidente* em sentido cartesiano, ou seja, trata-se de um fato tão claro e distinto ao intelecto que lhe possibilita validar a respectiva veracidade sem a necessidade de uma prova anterior:

A verdade da percepção interna não pode ser demonstrada de nenhuma maneira. Mas há algo nela maior que uma prova, ela é *imediatamente evidente*. Se alguém elaborasse um ataque cético contra esse fundamento último da cognição, ele não encontraria nenhum outro fundamento sobre o qual erguer um edifício do conhecimento (PES, II, p. 109, grifo nosso).

A percepção interna para Brentano é, portanto, não somente a forma mediante a qual é possível ter acesso aos fenômenos psíquicos e, conseqüentemente, o método necessário da psicologia, mas sobretudo o fundamento irrevogável que constitui o próprio edifício do conhecimento humano. No entanto, ao contrapor a viabilidade da percepção interna frente à observação interna, Brentano está se referindo às críticas de Comte – e ainda antes dele, Herbart – que, a despeito de não negar a existência de fenômenos psíquicos e ainda mesmo a respectiva consciência destes, se recusou a considerar essa consciência como fonte legítima de um conhecimento científico. A argumentação de Comte se baseava no fato de que aquele que observa não pode ser, ao mesmo tempo, objeto de auto-observação, uma vez que, nesse caso, a própria tentativa de observação modifica o objeto observado. Com isso, para Brentano, Comte não apenas rejeita o método da observação interna, mas também a própria percepção interna de fenômenos psíquicos (PES, I, p. 24). Conseqüentemente, para Comte, a percepção interna de maneira alguma poderia ser utilizada como método legítimo da psicologia. Comte sugere que as operações intelectuais e morais do homem deveriam se basear nas condições orgânicas que o constituem. Desse modo, a psicologia deveria ser reduzida à fisiologia.

Vale ressaltar também que autores como Maudsley e Horwicz, cujos escritos são analisados por Brentano em seu trabalho, concordam com Comte no que diz respeito ao método fisiológico de investigação da mente. Por outro lado, no entanto, eles não eliminaram a psicologia, mas afirmaram que é possível que ela seja uma ciência. Além disso, não a excluíram, mas admitiram em diferentes graus, Horwicz mais, Maudsley menos, o papel da observação interna ou da autoconsciência como um meio imperfeito para o estudo da consciência. Nesse contexto, portanto, o estudo da vida orgânica do cérebro com base no método da fisiologia tem justamente o papel de compensar a imperfeição dos resultados obtidos pela observação interna (Tănăsescu, 2022, p. 103).

Se, por um lado, Comte, Adolf Horwicz e Henry Maudsley estão em razoável acordo acerca da inviabilidade da observação interna como meio seguro para o

estabelecimento de um método para a psicologia (PES, I, p. 25, 27, 36-47), por outro, Mill, William Hamilton e Jean Jacques Séverin de Cardaillac assumem que a observação interna é possível, embora difícil de ser alcançada, uma vez que a sua viabilidade se dá somente na memória imediata (PES, I, p. 26; Tănăsescu, 2022, p. 103-104).

Brentano concorda com Comte acerca da inviabilidade da observação interna. Em apoio a isso, ele menciona o fato de que, se alguém em um estado de ira tentasse observar a manifestação da ira em si mesmo, conseqüentemente, veria o seu respectivo esmaecimento, o que, por sua vez, traria uma alteração do estado original, inviabilizando assim a sua observação. E, em seguida, afirma: “É uma lei psicológica universalmente válida que nunca podemos focar nossa *atenção* sobre o objeto da percepção interna” (PES, I, p. 22, grifo do autor). No entanto, na visão de Brentano, aquilo que acontece não apenas com Comte, mas com toda a discussão corrente sobre a viabilidade da observação interna, é uma confusão generalizada, pois nenhum dos lados realiza uma necessária distinção entre observação interna e percepção interna, resultando no fato de que os psicologistas, ao se depararem com a inviabilidade da observação interna, tornam conseqüentemente necessária a rejeição à percepção interna (PES, I, p. 22-25). Para Brentano, a distinção fundamental consiste em que, enquanto a observação interna incorre necessariamente em uma regressão ao infinito, pois, para que seja efetuada com sucesso no âmbito dos fenômenos psíquicos, sempre depende de algo que percebe que está percebendo, a percepção interna possui um duplo movimento, sendo um primário (a referência ao objeto em questão) e um secundário (a referência a si mesmo), constituindo assim apenas um processo, um ato psíquico, mas com dois movimentos distintos.

A percepção interna não é observacional, mas uma consciência adicional (*Bewusstsein nebenbei*). Ao mesmo tempo que estamos percebendo um objeto externo temos uma percepção evidente na consciência interna dessa percepção externa. O objeto externo é, portanto, o objeto primário do ato e o ato em si mesmo é o objeto secundário (De Boer, 1978, p. 36, grifo do autor).

Dito de outro modo, ao confiarmos em algo, temos consciência não somente daquilo no qual depositamos a nossa confiança, mas também no fato de que estamos confiando. É essa indubitabilidade do ato psíquico, mediante sua evidência imediata, que leva Brentano a reconhecer na percepção interna um firme fundamento sobre o qual se pode estabelecer o método da psicologia, enxergando nesta a fonte primária das

experiências essenciais às investigações psicológicas.¹⁹ Todavia, esse fato mesmo poderia fazer com que a psicologia fosse vista como em desvantagem se comparada às demais ciências, nas quais, no mínimo, é possível a observação propriamente dita dos fenômenos, quando não também a aplicação de experimentos. Brentano chega a considerar que, de fato, a psicologia se tornaria impossível se não houvesse como suprir a deficiência da observação de seus fenômenos, ao que ele sugere:

Podemos compensar isso, no entanto, pelo menos até certo ponto, mediante a observação de estados mentais anteriores na *memória*. Frequentemente tem sido afirmado que esse é o melhor meio de atingir o conhecimento de fatos mentais e filósofos de orientações totalmente diferentes estão em acordo neste ponto (PES, I, p. 26, grifo do autor).

E, na sequência, ele volta ao exemplo da ira, afirmando que, se não é possível voltar a atenção ao fenômeno psíquico enquanto ocorre em nós, certamente não é o mesmo caso quando se trata de um fenômeno ocorrido no passado e armazenado em nossa memória. Entretanto, Brentano assume que esse tipo de observação na memória episódica, isto é, nas vivências individuais armazenadas na memória, de maneira alguma, é completamente equivalente à observação genuína de eventos no presente, uma vez que é facilmente identificável o quanto a memória está sujeita ao engano e ilusão, o que conseqüentemente faz com que os resultados dessa avaliação sejam altamente suscetíveis a dúvidas. Exemplo disso é o simples fato de não conseguirmos rememorar determinadas circunstâncias, ou até mesmo atribuímos a fatos passados características que lhes são completamente estranhas. Para além das evidentes dificuldades na credibilidade do acesso de alguém às próprias vivências em sua memória, adiciona-se a agravante de que, de maneira alguma, é possível ter acesso direto às memórias de outras pessoas. Por esse motivo, Brentano atribui grande importância ao estudo da vida psíquica de crianças, povos primitivos, isto é, membros de civilizações não ocidentais, pessoas com doenças ou distúrbios mentais, grandes personalidades e afins, considerando que a vida psíquica de todas essas pessoas se torna cognoscível e objeto de observação externa mediante os relatos verbais, respostas corporais, comportamentos voluntários ou involuntários etc.

Em resumo: a observação externa e a observação interna mediante a memória são “fontes” do conhecimento psicológico. No entanto, a primeira pressupõe a última, que por sua vez pressupõe a percepção interna: atribuir um sentimento de ira a outra pessoa significa atribuir a ela um sentimento similar à ira que você sentiu anteriormente e agora se recorda (Seron, 2017, p. 37).

¹⁹ Cf. PES, I, p. 7.

Brentano, portanto, no percurso de apresentar um método que seja próprio à psicologia, chega às seguintes conclusões (PES, I, p. 32):

- a) A percepção interna é a fonte primária da investigação psicológica e, por isso mesmo, o método mediante o qual se torna viável investigar as leis psíquicas;
- b) Se, por um lado, a percepção interna é imediatamente evidente e digna de todo o crédito, por outro, carrega a desvantagem de não poder tornar-se observação interna;
- c) Portanto, à percepção interna deve ser adicionada a contemplação de nossas experiências psíquicas passadas, mediante a memória. Com isso, torna-se possível focar-se nelas e, por assim dizer, observá-las;
- d) Embora o campo da experiência da observação interna dos fenômenos psíquicos esteja limitado às nossas próprias atividades psíquicas, temos com isso conhecimento indireto da vida psíquica de outros indivíduos, uma vez que partilhamos do mesmo aparelho cognitivo. A isso soma-se a observação externa da atividade psíquica de terceiros.

Fica claro e evidente então por que a “percepção interna constitui o próprio fundamento sobre o qual se ergue a ciência da psicologia” (PES, I, p. 32).

2.5.2 O objeto da psicologia

Ao tratarmos do método da psicologia, de maneira indireta abordamos também sobre o seu objeto. Se o método da psicologia é a percepção interna, o seu objeto são os fenômenos psíquicos. No entanto, ainda nos resta explicitar o que são os fenômenos psíquicos, quais são as suas características distintivas frente aos fenômenos físicos e o que isso implica na filosofia brentaniana do psíquico.

Influenciado pelo positivismo de Comte, Brentano compreende que a ciência deve ater-se exclusivamente aos fenômenos (*Phänomen, Erscheinung*), isto é, àquilo que se manifesta imediatamente à consciência, em vez de realidades metafísicas. Por esse motivo, afirma: “Todos os dados da nossa consciência são divididos em duas grandes classes: a classe dos fenômenos físicos e dos fenômenos psíquicos” (PES, II, p. 59). É importante ressaltar, como já o fizemos anteriormente, que, diferentemente de Kant, para Brentano, os fenômenos psíquicos não estão em contraposição às “coisas em si”, pois não possuem *status* ontológico inferior a estas, muito pelo contrário, são aquilo que de fato é

real. De Boer (1978, p. 35-36) destaca que, para Brentano, a percepção (*Wahrnehmung*) externa na verdade é uma “falsa percepção” (*Falschnehmung*), uma vez que o conteúdo da percepção externa, enquanto fenômeno, não existe fora daquele que percebe. De modo contrário, a percepção interna (*innere Wahrnehmung*) é uma verdadeira percepção, pois os seus objetos realmente existem e são percebidos com evidência interna imediata. Portanto, outra vez, o conceito de *fenômeno* em Brentano deve ser compreendido a partir de um compromisso com um distanciamento da metafísica clássica, à maneira de Comte e Mill. Uma ratificação se faz ainda necessária: quando Brentano afirma que todos os dados da consciência são divididos em duas classes de fenômenos, ele não está fazendo uma distinção entre os objetos do mundo externo e os objetos da consciência. Portanto, todos os dados da nossa consciência se reduzem a fenômenos físicos ou psíquicos, nesse sentido, exatamente porque estão em nossa consciência. Certamente que a maneira mediante a qual esses fenômenos nos são trazidos à consciência varia de acordo com a sua respectiva natureza, se o objeto da física são os fenômenos físicos por intermédio da percepção externa (*äußere Wahrnehmung*), o objeto da psicologia são os fenômenos psíquicos por intermédio da percepção interna. O que resta esclarecer é como distingui-los em nossa consciência.

Nos tempos de Brentano, devido ao avanço da psicofísica, a tendência majoritária era a análise dos fenômenos psíquicos a partir da fisiologia, como ele mesmo pontua:

A investigação dos elementos psíquicos primários preocupa-se principalmente com as sensações, uma vez que as sensações são, sem dúvida, uma fonte de outros fenômenos psíquicos, e muitos cientistas afirmam que apenas as sensações são a fonte de todos os fenômenos. As sensações são efeitos de estímulos físicos. Sua origem é, portanto, um processo psicofísico. É por esta razão que a fisiologia, especialmente a fisiologia dos órgãos dos sentidos, fornece uma ajuda apreciável à psicologia neste caso. No entanto, os meios puramente psicológicos que também estão disponíveis para a solução do problema em discussão não são suficientemente utilizados (PES, I, p. 35).

Brentano considera que, certamente, existe uma conexão entre os fenômenos físicos e os fenômenos psíquicos. No entanto, reduzir o último ao primeiro implica ultrapassar um limite que deve ser respeitado. O problema é que esse inegável vínculo entre os processos psicológicos e os processos fisiológicos levou muitos a fundamentar a psicologia na fisiologia. Exemplos disso são Comte, Horwicz e Maudsley (PES, I, p. 36-46). Brentano reconhece com isso que as leis fundamentais das quais se podem derivar os fenômenos de sucessão psíquica são leis meramente empíricas, e não apenas isso, mas tais leis possuem um caráter indefinido e inexato. Se, por um lado, isso está vinculado ao

fato da aproximação – e até mesmo tentativa de redução – da psicologia à fisiologia, por outro, é resultado de um fator ainda diferente.

Nesse ponto, Brentano relembra a crítica kantiana acerca da inviabilidade da psicologia enquanto ciência devido à impossibilidade de aplicação da matemática e da ausência de dimensão espacial dos fenômenos psíquicos, sendo possível apenas a dimensão temporal. Objeção à qual Brentano responde do seguinte modo:

Em primeiro lugar, parece-me que sempre será possível aplicar a matemática desde que haja algo que possa ser contado. Se não houvesse absolutamente nenhuma diferença de intensidade e grau, a matemática ainda teria que decidir se uma ideia é ou não evocada mediante associação quando três condições operam a favor e duas contra ela. Em segundo lugar, a matemática parece-me necessária para o tratamento exato de todas as ciências apenas porque agora, de fato, encontramos magnitudes em todos os campos científicos. Se houvesse um campo em que não encontrássemos nada parecido, a descrição exata seria possível mesmo sem a matemática. Se não existissem intensidades na área dos fenômenos psíquicos, seria como se todos os fenômenos tivessem uma intensidade igual e invariável que poderíamos, muito apropriadamente, ignorar completamente. É óbvio que então a descrição da Psicologia não seria menos exata do que é agora, apenas sua tarefa seria substancialmente simplificada e facilitada. Mas existem, de fato, diferenças de intensidade nas representações e nos afetos. Isto implica a necessidade de medição matemática, se se pretende que as leis da psicologia alcancem aquela precisão e exatidão que lhes pertenceriam se os seus fenômenos não tivessem intensidade ou pelo menos diferenças de intensidade (PES, I, p. 50).

Brentano relembra, como vimos anteriormente, que Herbart foi o primeiro a enfatizar a necessidade de mensuração dos fenômenos psíquicos, a despeito da arbitrariedade de seus princípios. Assim como que Weber e Fechner trabalharam na lei fundamental da psicofísica. Brentano então critica a formulação de Weber e Fechner afirmando que, de modo algum, é autoevidente que cada aumento quase imperceptível na sensação é *igual*, senão que é apenas *igualmente perceptível*, e alega que, além disso, a relação quantitativa entre aumentos igualmente perceptíveis na sensação ainda permanecia a ser examinada. A despeito de considerar a real contribuição de Weber e Fechner, Brentano entende que esta ainda não havia atingido o objetivo desejado, por três motivos (PES, I, p. 52):

- a) A possibilidade de medir intensidades de acordo com esse método se restringe aos fenômenos produzidos mediante a estimulação externa dos órgãos sensoriais;
- b) Mesmo as sensações não dependem exclusivamente da força do estímulo externo, mas também de condições psicológicas, como o nível de atenção para perceber as alterações que ocorrem;

- c) Uma compreensão clara do que realmente é medido pelo método de Fechner mostraria que o objeto de medição está mais vinculado a fenômenos físicos que a fenômenos psíquicos, uma vez que, quando se medem as intensidades de cores, sons etc., o que está sendo medido são as intensidades de fenômenos físicos²⁰.

Em resumo, Brentano não acreditava que a psicofísica, mesmo diante dos avanços incontestáveis, fosse capaz de solucionar e responder aos problemas do estabelecimento da psicologia enquanto ciência, uma vez que no, seio de sua tentativa em fazê-lo, se encontrava uma tendência, em maior ou menor grau, a depender dos diferentes interlocutores, de redução da psicologia à psicofísica. Em última instância, é contra essa redução que Brentano está lutando, visando não somente apresentar como a psicologia pode ser genuinamente científica, mas sobretudo uma ciência autônoma frente à fisiologia.

Conforme já citamos anteriormente, para Brentano, todos os fenômenos da nossa consciência se reduzem a fenômenos físicos ou psíquicos. No entanto, muito por conta da influência da fisiologia, não havia uma delimitação clara e precisa entre um e outro, e as tentativas existentes eram em muito controversas. Desde Descartes, passando por Espinoza, Bain e incluindo Kant, algumas tentativas de distinção entre o físico e o psíquico foram realizadas, sendo a mais comum: o psíquico não possui extensão no espaço, enquanto o físico possui. Para Brentano, embora tal distinção não seja de todo incorreta, ainda era insuficiente, uma vez que era motivo de inúmeras disputas. Enquanto para alguns, muitos fenômenos psíquicos, como os sentidos da audição e do olfato, parecem não possuir extensão no espaço, para outros, certos fenômenos psíquicos também parecem possuir extensão no espaço, por exemplo, a dor que alguém sente sobre um membro do corpo que foi amputado (PES, II, p. 65-67). Ou seja, o critério da falta de extensão para definição do que sejam os fenômenos psíquicos está muito sujeito a controvérsias e, por esse motivo, não se demonstra adequado. Além disso, Brentano ressalta que tal critério se estabelece mediante a negação de um determinado atributo. Faz-se necessário o estabelecimento de um critério positivo para a adequada distinção entre fenômenos físicos e psíquicos.

A explicação que Brentano se propõe não se baseia nas regras tradicionais da lógica, mas na aplicação de exemplos:

²⁰ Essa distinção ficará mais clara a seguir.

A explicação que estamos procurando não é uma definição conforme as regras tradicionais da lógica. Essas regras foram recentemente objeto de críticas imparciais e muito poderia ser acrescentado ao que já foi dito. Nosso objetivo é clarificar o significado dos dois termos “*fenômeno físico*” e “*fenômeno psíquico*” removendo todo o mal-entendido e confusão concernente a eles. E não nos importa quais meios usamos, desde que realmente sirvam para clarificar esses termos. Para esse fim, não basta apenas especificar definições mais gerais e inclusivas. Assim como a dedução se opõe à indução quando falamos de tipos de prova, nesse caso a explicação mediante a subsunção a um termo geral se opõe à explicação mediante os particulares, através de exemplos (PES, II, p. 60).

Seguindo essa estratégia, Brentano afirma que exemplos de fenômenos psíquicos são toda ideia ou representação adquirida mediante a percepção sensorial ou imaginação. Por representação, Brentano compreende aquilo que ocorre em nossas mentes em diferentes circunstâncias, como as lembranças e desejos. No entanto, isso não quer dizer que a representação se refira àquilo que é representado, mas ao ato psíquico em si. Exemplificando para que se torne mais claro, ao lembrar-me de um quadro em uma exposição de arte, a representação não é o quadro, mas o próprio ato da reminiscência, o próprio lembrar. “Desse modo, ouvir um som, ver um objeto colorido, sentir calor ou frio, assim como estados de imaginação similares são exemplos do que quero dizer com esse termo” (PES, II, p. 60). Brentano, inclusive, resgata a discussão acerca da subdivisão irreduzível dos tipos de fenômenos psíquicos, que, em linhas gerais, colocava a seguinte questão: se tivéssemos que reduzir todos os fenômenos psíquicos, a partir de suas características gerais, a classes tão primárias que, uma vez alcançadas, dessem conta de toda a vida psíquica, quais seriam essas classes? Ao modo aristotélico, ele apresenta um panorama de respostas que, *mutatis mutandis*, foram dadas a essa pergunta no decorrer da história da filosofia (PES, I, p. 137-149):

- a) Platão, considerado por Brentano um pioneiro em relação à classificação fundamental dos fenômenos psíquicos, distinguia três classes básicas de fenômenos psíquicos, que ele atribuía como três partes da alma: apetitiva, espiritual e racional. A essa tripartição Platão vincula a sua classificação também tripartida dos grupos étnicos que comporiam a pólis na *República*. Para Brentano, a classificação platônica se baseia inteiramente em considerações éticas e, embora pioneira, apresenta muitas imperfeições;
- b) Em Aristóteles, são encontradas três classificações básicas dos fenômenos psíquicos. Duas delas são tão similares em sua estrutura que podem ser vistas como uma única. Aristóteles (1) distingue os fenômenos psíquicos como

atividades das partes mortal (corpórea) e imortal (incorpórea) da alma. A partir disso, ele (2) classifica os fenômenos psíquicos em termos de sua extensão mais ou menos ampla como *atividades comuns a todos os animais* e *atividades peculiarmente humanas*. Devido à compreensão ampla do conceito de alma em Aristóteles, que se aplica inclusive ao reino vegetal, três faculdades da alma são enumeradas: vegetativa (responsável pela nutrição, crescimento e reprodução, comum a todos os seres vivos), sensitiva (abarca os sentidos, imaginação, dentre outros fenômenos correlatos, comum a todos os animais) e racional (a mais excelente, responsável pelo pensamento e vontade, característica exclusiva do ser humano). Outra classificação realizada por Aristóteles (3) divide os fenômenos psíquicos em *pensamento* e *desejo* em seus sentidos mais amplos. Desse modo, na classe do pensamento, ele considera não apenas as mais altas atividades intelectuais, como a abstração e a inferência científica, mas também a percepção sensorial, imaginação, memória e expectativa baseada na experiência. Na classe do desejo, estão contempladas as aspirações e esforços mais elevados, assim como os impulsos mais baixos e, juntamente com eles, todos os sentimentos e estados afetivos. Isto é, todos os fenômenos não inclusos no primeiro grupo;

- c) A influência da classificação aristotélica permaneceu dominante não somente durante a Idade Média, mas se estendeu também na modernidade. Wolff, por exemplo, divide as faculdades da alma em *cognição* (superior) e *desejo* (inferior). Essa classificação é também básica para as investigações de Hume. Thomas Reid e Thomas Brown introduziram mudanças tímidas e nada promissoras;
- d) A partir da segunda metade do século XVIII, Tetens e Moses Mendelssohn estabelecem uma classificação distinta que foi mais significativa e influente até os dias de Brentano: eles dividiram as atividades mentais em três classes coordenadas e assumiram para cada uma delas uma faculdade psíquica especial. Tetens as classificava como *sentimento*, *entendimento* e *poder para agir* (vontade). Mendelssohn as nomeava como *faculdade de cognição*, *faculdade de sentimento ou aprovação* e *faculdade do desejo*. Kant, contemporâneo destes, a seu modo, as classifica como *faculdade cognitiva*, *sentimento de prazer e dor* e *faculdade do desejo*, tomando-as como a base da classificação de sua filosofia crítica, motivo principal pelo qual Brentano

entende que essa classificação se tornou tão influente e difundida, tornando-se quase universalmente dominante em seus dias. Enquanto Hamilton procura desenvolver e defender a classificação tripartite kantiana em oposição a críticos de Kant que defendiam uma redução a duas faculdades, Lotze também procura defender a classificação kantiana, mas especialmente em oposição a Herbart, que defendia a extinção da pluralidade de faculdades;

- e) Alexander Bain, em oposição até certo ponto à escola de Hamilton, estabelece sua própria classificação tripartite em termos similares: *intelecção* ou *cognição*, *sentimento* e *volição* ou *vontade*. Embora o próprio Bain reconheça a similaridade em relação aos termos utilizados para definir as faculdades, há uma substancial diferença na explicitação dos conceitos. Brentano afirma que, basicamente, a classificação de Bain está mais próxima de uma visão aristotélica bipartida entre *pensamento* e *desejo* que a divisão tripartite em voga.

Ou seja, muito já se havia discutido acerca da classificação e irreducibilidade dos fenômenos psíquicos, ao que Brentano precisará se posicionar decidindo sobre quais princípios se deve estabelecer uma classificação fundamental dos fenômenos psíquicos. A sua resposta para isso é direta e concisa: os princípios a serem utilizados são aqueles mesmos que são levados em consideração para uma classificação científica, isto é, que organize os objetos de maneira favorável à pesquisa e que, sobretudo, trate a aproximação ou distanciamento de tais objetos em função de sua natureza e não de um constructo *a priori* (PES, I, p. 150). Dito de outro modo, para Brentano, a classificação fundamental dos fenômenos psíquicos deve se basear na análise intrínseca aos próprios fenômenos psíquicos em vez de qualquer outra abordagem que extrapole esse limite. Para essa finalidade, Brentano adere a uma visão tricotômica em relação às classes dos fenômenos psíquicos. Ele assim o faz pois enxerga nessas três classes as diferentes e irreduzíveis relações entre os fenômenos psíquicos e seus respectivos conteúdos.

As três classes de fenômenos psíquicos são: Representação (*Vorstellung*), Juízo (*Urteil*) e uma última compreendendo emoções e volições, tendo como algumas de suas descrições fenômenos de amor e ódio (*Liebe und Hasse*), interesse (*Interesse*) ou emoção (*Gemütsbewegungen*). As representações são hierarquicamente superiores e fundamentais, pois, além dos respectivos atos psíquicos, possibilitam também os das demais classes. Dito de outra forma: é necessário que haja uma representação a partir da qual se possa, em relação a algo, afirmar ou negar (juízo), querer ou repudiar (amor e

ódio). Esse algo se encontra exatamente na representação. A representação é possível sem as demais classes, o contrário não. Portanto, uma vez compreendido o que Brentano compreende por representação, voltemos a nossa atenção à distinção entre os fenômenos psíquicos e fenômenos físicos.

Enquanto muitos procuraram definir a distinção entre os fenômenos físicos e psíquicos com base em um critério negativo, Brentano procura estabelecer um critério positivo. Para isso, ele revisita o passado, retomando a noção medieval de *inexistência intencional*:

Todo fenômeno psíquico é caracterizado por aquilo que os escolásticos da Idade Média denominaram inexistência intencional (ou psíquica) de um objeto, o que podemos chamar, embora de forma não totalmente inequívoca, a referência a um conteúdo, a direção a um objeto (o que não deve ser entendido aqui como significando uma coisa) ou objetividade imanente. Todo fenômeno psíquico inclui em si algo como objeto, embora nem todos da mesma forma. Na representação algo é representado, no juízo algo é afirmado ou negado, no amor amado, no ódio odiado, no desejo desejado e assim por diante (PES, II, p. 68).

Nessa famigerada passagem, Brentano estabelece que a característica distintiva dos fenômenos psíquicos frente aos fenômenos físicos é aquilo que ficará conhecido posteriormente como *intencionalidade*, embora ele mesmo nunca tenha utilizado esse termo. A intencionalidade, ou, como Brentano a coloca, inexistência intencional, consiste no direcionamento de um ato psíquico ao seu objeto, na referência ao conteúdo da representação²¹. Como exemplo, poderíamos mencionar uma atitude corriqueira: o desejo de encontrar alguém. Na medida em que desejo rever um amigo, tenho aqui tanto um ato psíquico (o desejar) quanto seu objeto ou conteúdo (o amigo). E não apenas isso, mas também aquilo que identificamos ao falarmos sobre a percepção interna: ao mesmo tempo que desejo encontrar um amigo, estou consciente tanto do objeto do meu desejo (consciência primária) quanto do meu próprio ato de desejar (consciência secundária), sendo que ambos compõem um único ato psíquico. Aqui se torna evidente também o quanto o fenômeno psíquico está vinculado ao ato intencional da representação, em nosso exemplo: o desejar, enquanto o fenômeno físico, se refere ao conteúdo da representação.

²¹ Os termos “Objeto” (*Gegenstand*) e “Conteúdo” (*Inhalt*) são compreendidos por Brentano na PES como sinônimos, entretanto os discípulos de Brentano identificarão a necessidade de importantes distinções entre os conceitos. Exemplo disso é o opúsculo de Twardowski *Sobre a doutrina do Conteúdo e Objeto das Representações*, de 1894.

Portanto, Brentano chegará à seguinte conclusão acerca das distinções dos fenômenos psíquicos quando comparados aos físicos (PES, II, p. 74-75):

- a) Os fenômenos psíquicos são representações ou se fundam em representações, uma vez que todo juízo ou sentimento se baseia nas representações;
- b) Os fenômenos psíquicos são sempre intencionais, isto é, contêm a referência a algo como objeto, o que implica a necessidade de um sujeito cognoscente consciente. Portanto, não há possibilidade de fenômenos psíquicos inconscientes ou não intencionais;
- c) Os fenômenos psíquicos são objetos exclusivos da percepção interna, logo, de maneira estrita, somente esses têm existência real e evidência imediata;
- d) Os fenômenos psíquicos, a despeito de sua multiplicidade, sempre se manifestam como uma unidade na consciência.

De todas as distinções elencadas, aquela que Brentano caracteriza como distintiva por excelência, entre fenômenos físicos e psíquicos, é a intencionalidade.

Spiegelberg (1981, p. 37) nos chama a atenção ao fato de que a caracterização do fenômeno psicológico na passagem supracitada faz uso de duas expressões, “inexistência intencional”²² e “referência a um conteúdo”, sendo a primeira a que mais atraiu a atenção da crítica (a favor ou contra o escolasticismo), que considerou a doutrina como um empréstimo da filosofia medieval. Entretanto, é precisamente a segunda que demonstra a verdadeira originalidade de Brentano e será permanente entre as fases de seu pensamento.²³ Peter Simons (1995) ressalta uma fonte ainda mais originária da qual o escolasticismo é herdeiro:

A ideia de inexistência intencional vem da teoria da percepção de Aristóteles, na qual a forma, mas não a matéria do objeto percebido, está literalmente na alma. Na psicologia sem alma de Brentano, isso emerge como uma visão de que todo fenômeno psíquico contém seu objeto em si mesmo (PES, Introdução, p. xvii).

²² O termo “Inexistência intencional” nada tem a ver com a *não existência* de algo, muito pelo contrário, a “*in-existência intencional*” deve ser compreendida como uma “*existência-em*”, isto é, uma “*existência intencional na mente*”. Cf. Sajama, S.; Kamppinen, M. 2014, p. 28.

²³ Cf. Spiegelberg, 1981. Nota 19, p. 47-48.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso proposto, pudemos observar como o problema da psicologia enquanto disciplina científica se estabeleceu a partir das críticas de Kant e se desenvolveu de forma orgânica tanto na tradição do método especulativo quanto na sua imediata oposição, o método psicológico, na medida em que essas tradições discutiam e redefiniam o significado e conteúdo da ciência e psicologia, o que, por sua vez, implicava distintas concepções acerca do papel da própria filosofia. Notamos também o quanto Brentano, por um lado, se situa em oposição ao método especulativo, em consonância com o método psicológico, uma vez que defende as mesmas premissas de um proceder científico fundamentado na experiência empírica, trazendo como contribuição fundamental a sua apropriação e reformulação do princípio de imanência, com base no qual pretende estabelecer a pedra fundamental de seu sistema de filosofia e psicologia. Enquanto, por outro, se opõe à redução da psicologia à fisiologia, defesa que se apoia em muito do desenvolvimento do próprio método psicológico em sua aspiração a um proceder legitimamente científico. Embora, reconhecidamente, neste trabalho, esses temas tenham sido mais indicados a um nível panorâmico do que necessariamente tratados de maneira aprofundada.

Portanto, a grande contribuição de Brentano à discussão do *status* científico da psicologia é de que, sim, ele é não apenas possível como legitimamente defensável, uma vez que se compreenda adequadamente quais sejam o método e objeto específicos da psicologia, com destaque para a adequação do método ao seu objeto de análise, uma vez que, para Brentano, o método da psicologia, assim como o da própria filosofia, não é outro senão o método das ciências naturais. Além disso, Brentano adiciona um critério até então desconsiderado acerca da característica distintiva fundamental dos fenômenos psíquicos: a intencionalidade. Isso torna possível uma análise da vida psíquica, mesmo que mediante a memória e suas respectivas implicações, sem apelo a qualquer recurso externo que, além de extrapolar limites que devem ser respeitados, faria com que a psicologia se tornasse cada vez mais suscetível a redutibilidades que acabassem por sufocar a sua autonomia. Sobre a importância e relevância de tal novidade, se estabelece o próprio desenvolvimento da assim chamada *escola de Brentano*, cujos impactos têm sido estudados até os dias de hoje, com resultados que se encontram ainda longe de esgotar toda a temática.

Todavia, por trás de todo o desenvolvimento e busca pelo estabelecimento de uma psicologia científica na PES, Brentano contempla um projeto mais amplo de refundamentação da filosofia, mais especificamente, uma refundamentação empírica da metafísica que, particularmente em Brentano, possuía na experiência em sentido aristotélico a sua tônica e norte. Antonelli e Boccaccini (2021, p. 72-78) apresentam questões de âmbito prático em nível acadêmico e profissional que teriam levado Brentano a empreender um projeto sobre psicologia, assim como Fisette (2020) busca tornar evidente a relação entre ciência, psicologia, filosofia e metafísica no desenvolvimento do programa filosófico de Brentano. Por isso mesmo, torna-se necessário esclarecer que a perspectiva ora tematizada neste trabalho expressa apenas de maneira parcial o impacto da PES no horizonte mais amplo da filosofia brentaniana, respeitando desse modo o objetivo inicial de um trabalho de caráter histórico-filosófico a um nível panorâmico.

A psicologia enquanto disciplina básica da filosofia mostra exatamente o quanto os resultados da psicologia descritiva de Brentano consolidam e coroam o estabelecimento de uma *filosofia de um ponto de vista empírico*. No entanto, a devida explicitação disso bem como suas implicações ficam aqui reservadas para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ALBERTAZZI, L. *et al* (ed.). *The School of Franz Brentano*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1996.
- AMERIKS, K (ed.). *The Cambridge Companion to German Idealism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- ANTONELLI, M.; BOCCACCINI, F. *Franz Brentano: Mente, coscienza, realtà*. Roma: Carocci Editore, 2021.
- BRANDT, F. B. *Friedrich Eduard Beneke, the man and his philosophy: an introductory study*. New York: Macmillan & Company, 1895.
- BRENTANO, F. Auguste Comte and Positive Philosophy. *In: TĂNĂSESCU, I. et al. Brentano and the Positive Philosophy of Comte and Mill*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2022a, p. 437-456.
- BRENTANO, F. Habilitation Theses. *In: TĂNĂSESCU, I. et al. Brentano and the Positive Philosophy of Comte and Mill*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2022b, p. 433-436.
- BRENTANO, F. On Schelling's Philosophy in Its Several Phases, Presentation and Critique. *In: TĂNĂSESCU, I. et al. Brentano and the Positive Philosophy of Comte and Mill*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2022c, p. 501-522.
- BRENTANO, F. On The Future of Philosophy. *In: TĂNĂSESCU, I. et al. Brentano and the Positive Philosophy of Comte and Mill*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2022d, p. 523-550.
- BRENTANO, F. On The Reasons for a Loss of Confidence in the Area of Philosophy. *In: TĂNĂSESCU, I. et al. Brentano and the Positive Philosophy of Comte and Mill*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2022e, p. 489-500.
- BRENTANO, F. The Four Phases of Philosophy and its Current State. *In: SMITH, Barry; MEZEI, Balázs M. The Four Phases of Philosophy*. Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1998.
- BRENTANO, F. *La psicología de Aristóteles, con especial atención a la doctrina del entendimiento agente*. Trad. S. Sánchez-Migallón. Salamanca: Sígueme, 2020.
- BRENTANO, F. *Psicología desde el punto de vista empírico*. Trad. D. Torrijos Castrillejo. Madrid: Ediciones Universidad San Dámaso, 2015.
- BRENTANO, F. *Psychology from an Empirical Standpoint*. Trad. A. C. Rancurrello, D. B. Terrel e Linda L. McAlister. London/New York: Routledge, 1995.
- BRENTANO, F. Auguste Comte e a filosofia positiva. Trad. Flávio Vieira Curvello. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 34, n. 62, p. 359-389, mai.- ago. 2022f.

BRITO, E. O. Franz Brentano e a psicologia empírica um projeto de filosofia científica, com Comte, contra Comte. *Guairacá – Revista de Filosofia*, Guarapuava, v. 31, n. 1, p. 40-54, 2015.

BRITO, E. O. Franz Brentano e as crises filosóficas nas quatro fases da sua história. *ARGUMENTOS – Revista de Filosofia/UFC*, Fortaleza, n. 29, p. 98-110, jan.- jun. 2023.

BRITO, E. O. Brentano acerca do psicologismo e o background da fenomenologia. *Revista Lumen*, n. 14, p. 51-72, jul.-dez. 2022.

CURVELLO, F. V. Brentano on scientific philosophy and positivism. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 150, p. 657-679, dez. 2021.

DE BOER, T. *The Development of Husserl's Thought*. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1978.

DUDLEY, W. *Understanding German Idealism*. Stocksfield: Acumen Publishing Limited, 2007.

FISSETTE, D. Remarks on the Architecture of Brentano's Philosophical Program. In: BINDER, Thomas; ANTONELLI, Mauro (ed.). *The Philosophy of Franz Brentano*. Amsterdam: Brill, 2021, p. 28-49.

FRÉCHETTE, G. Descriptive Psychology: Brentano and Dilthey. *HOPOS: The Journal of the International Society for the History of Philosophy of Science*, Chicago, n. 10, p. 290-307, abr. 2020.

HUEMER, W. Franz Brentano. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Editorial Board, 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/brentano/>. Acesso em: 12 out. 2021.

JACQUETTE, D. Introduction: Brentano's philosophy. In: JACQUETTE, D. (org.). *The Cambridge Companion to Brentano*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004a.

JACQUETTE, D. Brentano's concept of intentionality. In: JACQUETTE, D. (org.). *The Cambridge Companion to Brentano*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004b.

KRIEGEL, U. *The Routledge Handbook of Franz Brentano and the Brentano School*. New York: Routledge, 2017.

LEARY, D. E. German Idealism and the Development of Psychology in the Nineteenth Century. *Journal of the History of Ideas*, v. 18, n. 3, p. 299-317, 1980.

LEARY, D. E. Immanuel Kant and the Development of Modern Psychology. In: WOODWARD, R. W.; MITCHEL, G. A. (ed.). *The Problematic Science: Psychology in Nineteenth-Century Thought*. New York: Praeger, 1982.

- LEARY, D. E. "The Psychology of Jakob Friedrich Fries (1773-1843): Its Context, Nature, and Historical Significance." *Storia E Critica Della Psicologia* 3, n. 2, p. 217-248, 1982.
- MEZEI, B. M.; SMITH, B. *The Four Phases of Philosophy*. Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1998, p. 81-112.
- MILKOV, N. Hermann Lotze e Franz Brentano. *Guairacá – Revista de Filosofia*, Guarapuava, v. 34, n. 1, p. 26-44, 2018.
- MÜNCH, D. Brentano and Comte. *Grazer Philosophische Studien*, v. 35, p. 33-54, 1989.
- MURRAY, D. J. *The Creation of Scientific Psychology*. New York: Routledge, 2021.
- PIRES, J. J. Franz Brentano e a distinção entre fenômenos físicos e fenômenos psíquicos. *Guairacá – Revista de Filosofia*, Guarapuava, v. 35, n. 1, p. 34-55, 2019.
- PORTA, M. A. G. Lotze, Husserl y la crisis de la ciência europea. *ARGUMENTOS – Revista de Filosofia/UFC*, Fortaleza, n. 29, p. 98-110, jan.- jun. 2023.
- PORTA, M. A. G. (org.). *Brentano e a sua escola*. São Paulo: Loyola, 2014.
- PORTA, M. A. G. Franz Brentano: Equivocidad del ser y objeto intencional. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 105, p. 97-118, 2002.
- PORTA, M. A. G. Friedrich Eduard Beneke: Psicologia y Metafísica. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 153, p. 635-658, dez. 2022.
- PORTA, M. A. G. Método psicológico y metafísica. *Pensando - Revista de Filosofia*, Piauí, v. 11, n. 22, p. 11-22, 2020a.
- PORTA, M. A. G. *Psicologia e filosofia: estudos sobre a querela em torno ao psicologismo*. São Paulo: Loyola, 2020b.
- PORTA, M. A. G. Introdução Histórica al Psychologismustreit. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v. 7, n. 2, p. 239-269, mai.-ago. 2019.
- PORTA, M. A. G. Brentano y el “método psicológico”. *Síntese – Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 45, n. 142, p. 327-344, mai.- ago. 2018.
- PORTA, M. A. G. Sobre el término “psicologismo”: Una consideración histórica. *Síntese – Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, n. 151, p. 453-481, mai.-ago. 2021.
- ROLLINGER, R. Brentano's Psychology from an Empirical Standpoint: its Background and Conception. In: TĂNĂSESCU, I. *Franz Brentano's Metaphysics and Psychology*. Bucarest: Zeta Books, 2012.
- RUSSO, A. *La rivoluzione intellettuale di Franz Brentano: “Al servizio del maggior bene coletivo”*. Milão: Unicopli, 2022.

SAJAMA, S.; KAMPPINEN, M. *A historical introduction to phenomenology*. New York: Routledge, 2014.

SERON, D. Brentano's Project of Descriptive Psychology. In: KRIEGEL, U. (ed.) *The Routledge Handbook of Franz Brentano and the Brentano School*. New York: Routledge, 2017.

SIMONS, P. Judging correctly: Brentano and the reform of elementary logic. In: JACQUETTE, D. (org.). *The Cambridge Companion to Brentano*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SIMONS, P. Introduction. In: BRENTANO, F. *Psychology from an Empirical Standpoint*. Trad. A. C. Rancurrello, D. B. Terrel e Linda L. McAlister. London/New York: Routledge, 1995.

SMITH, B. *Austrian philosophy: The Legacy of Franz Brentano*. Chicago: Open Court Publishing Company, 1995.

SOARES, B. C. Prolegômenos à discussão de Gurwitsch sobre a redução transcendental: acerca da hipótese da constância. *Phenomenology, Humanities and Sciences*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 168-179, 2021.

SPIEGELBERG, H. *The phenomenological movement: a historical introduction*. 3. ed. Netherlands: Kluwer Academic Publishers Group, 1981.

TĂNĂSESCU, I. Franz Brentano and Auguste Comte: The Theory of Stages and the Psychology. In: TĂNĂSESCU, I. et al. *Brentano and the Positive Philosophy of Comte and Mill*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2022.

TEXTOR, M. "Inner Perception Can Never Become Inner Observation": Brentano on Awareness and Observation. *Philosophers' Imprint*, New York, v. 15, n. 10, p. 1-19, 2015.

TEXTOR, M. Brentano (and some Neo-Brentanians) on Inner Consciousness. *Dialectica*, Switzerland, n. 98, p. 50-68, 2017a.

TEXTOR, M. Brentano's Empiricism and the Philosophy of Intentionality. *Philosophy and Phenomenological Research*, Rhode Island, n. 98, p. 50-68, 2017b.

TEXTOR, M. *The disappearance of the Soul and the Turn against Metaphysics: Austrian Philosophy 1874-1918*. Oxford: Oxford University Press, 2021.